

AMANDA FERREIRA DE SOUSA

Historiografia do Cariri: da escrita tradicional às novas produções para
usos no Ensino de História



Universidade Regional do Cariri-URCA
Março/2025

AMANDA FERREIRA DE SOUSA

**Historiografia do Cariri: da escrita tradicional às novas produções para usos no
Ensino de História**

Dissertação apresentada ao programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória da Universidade Regional do Cariri como parte da obtenção do título de mestre.

Área de concentração: História/Ensino de História

Orientador/orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez Reis

Ficha Catalográfica elaborada pelo autor através do sistema
de geração automático da Biblioteca Central da Universidade Regional do Cariri - URCA

De Sousa, Amanda Ferreira

S725h Historiografia do Cariri: da escrita tradicional às novas produções para
usos no Ensino de História / Amanda Ferreira De Sousa. Crato-CE, 2025.

97p.

Dissertação. Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade
Regional do Cariri - URCA.

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez Reis

1. Ensino de História, 2. História Local, 3. Historiografia, 4. Cariri Cearense;
I. Título.

CDD: 990

AMANDA FERREIRA DE SOUSA

Historiografia do Cariri: da escrita tradicional às novas produções para usos no
Ensino de História.

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História-PROFHISTÓRIA da Universidade Regional do Cariri-URCA para obtenção do título de Mestre em História em 21/03/2025.

BANCA EXAMINADORA

Avaliador 1 (membro externo)

Prof. Dr. Iarê Lucas Andrade

Avaliador 2 (membro interno)

Prof. Dr. Darlan de Oliveira Reis Junior

Orientador

Prof^a. Dr^a. Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez Reis

Dedico esta dissertação as duas mulheres que me fortaleceram e me inspiraram na caminhada de gestar e conceber uma pesquisa: Lorena Ferreira Brito, minha filha, e Maria de Fátima Ferreira de Sousa, minha mãe.

Em virtude de um certo orgulho nativista, talvez por que o termo sertão lhes dê a ideia de zona seca e estéril, acham que sua terra, muito bonita e fértil, não deve incluir-se naquela designação. O Cariri é lindo e rico, não pode ser sertão.

Irineu Pinheiro.

RESUMO

Nessa pesquisa buscou-se analisar a produção historiográfica sobre a região do Cariri cearense desde o que foi produzido por seus primeiros escritores, considerados autores da historiografia tradicional até as produções recentes, resultante de cursos de mestrado e doutorado na área de História de Universidades estaduais e federais do estado do Ceará no século XXI. Trata-se de uma pesquisa de caráter historiográfico que tem como propósito disponibilizar conhecimento sobre a região do Cariri cearense, a partir do momento em que se propõe a analisar a historiografia sobre a região, e ao passo que objetiva problematizar qual história está sendo produzida e proposta para o ensino sobre o Cariri.

Palavras-chave: Ensino de História, História Local, Historiografia, Cariri cearense.

ABSTRACT

This research sought to analyze the historiographical production on the Cariri region of Ceará, from what was produced by its first writers, considered authors of traditional historiography, to recent productions, resulting from master's and doctoral resources in the area of History of state and federal universities of the state of Ceará in the 21st century. This is a historiographical research that aims to provide knowledge about the Cariri region of Ceará, from the moment it proposes to analyze the historiography about the region, and at the same time it aims to problematize what history is being produced and proposed for teaching about Cariri.

KEYWORDS: Teaching History, Local History, Historiography, Cariri Cearense.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Divisão político administrativa do Ceará em 1823 26

SUMÁRIO

Introdução	11
Capítulo 1: A Historiografia Tradicional do Cariri Cearense	18
1.1 A escrita da História Tradicional no Brasil: formação do IHGB	18
1.1.1 Francisco Adolfo de Varnhagen	22
1.2 Analisando a Historiografia Tradicional do Cariri Cearense	25
1.2.1 João Brígido dos Santos	28
1.2.2 Irineu Pinheiro	30
1.2.3 José de Figueiredo Filho	35
1.3 Lei 2.707/2011 da cidade do Crato: Uma tentativa de criação de uma memória oficial?	40
Capítulo 2: A nova Historiografia do Cariri Cearense	45
2.1 Os caminhos da Nova História no Brasil, no Ceará e no Cariri	45
2.1.1 O programa de pós-graduação da Universidade Federal do Ceará	47
2.1.2 Dinter entre a Universidade Regional do Cariri e a Universidade Federal Fluminense	64
2.1.3 O Programa do Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória ...	69
Capítulo 3: A relação entre a História Local e a Educação Básica Caririense ...	74
Considerações finais	91
Fontes	93
Referências bibliográficas	96

Introdução

A região metropolitana do Cariri é formada atualmente por nove cidades: Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Missão Velha, Caririaçu, Farias Brito, Nova Olinda e Santana do Cariri. Está situada a uma distância média de 600km das duas metrópoles regionais mais próximas, Fortaleza e Recife.

Nos séculos XVIII e XIX têm-se dois municípios compondo a formação do Cariri: Crato e Jardim, e não por acaso, a historiografia do Cariri escrita sobre esse período confunde-se com a história desses municípios, principalmente o Crato. As obras da historiografia tradicional que objetivaram contar a história do Cariri, de certa maneira induzem os leitores a pensar como o Crato protagonizou em muitos momentos a referida historiografia escrita no século XIX e XX por autores memorialistas.

Com base nas informações acima apresentadas, a presente pesquisa analisa a produção historiográfica sobre a região do Cariri desde o que foi produzido por seus primeiros escritores, considerados cânones por alguns de seus habitantes, como João Brígido, no século XIX, Irineu Pinheiro e J. De Figueiredo Filho, no século XX, até as produções recentes resultantes de cursos de mestrado e doutorado na área de História das Universidades estaduais e federais do estado do Ceará, escritas nas duas primeiras décadas do século XXI, cujas pesquisas tratam sobre o Cariri Cearense.

Assim, busca-se primeiramente, refletir sobre os conceitos de Historiografia, História Tradicional e também História Local, ao adentrar-se nas obras historiográficas produzidas no século XIX por João Brígido e no século XX pelos autores memorialistas Irineu Pinheiro e J. De Figueiredo Filho, enxergados, por parte da sociedade caririense e academia, como cânones da História do Cariri Cearense. Dessa forma, refletir sobre qual história foi eleita para ser relatada nas obras dos referidos autores, que memória pretendeu-se criar a partir dessas obras sobre o Cariri, assim como analisar quais métodos foram utilizados para produção desse conhecimento histórico.

Ao tratar da análise de qual memória pretendeu-se criar sobre o Cariri, a partir das obras canônicas, é objeto desta pesquisa também analisar a elaboração e aprovação de leis municipais nas cidades do Cariri para implementar o estudo da

História Local, pois tais leis e respectivas disciplinas implementadas objetivam criar uma memória local oficial, o que de certa forma reverbera a história escrita outrora nas obras historiográficas produzidas por autores memorialistas. É o caso da lei municipal 2.707/2011 da cidade do Crato, que obriga o ensino de História do Crato no ensino fundamental II das escolas públicas da cidade e é nessa lei e suas implicações que a presente pesquisa também se deterá mais adiante.

Em um segundo momento analisa-se as produções acadêmicas sobre o Cariri Cearense produzidas nos programas de mestrado e doutorado em História de universidades estaduais e federais do Ceará nas primeiras duas décadas do século XXI, e dessa forma propõe-se ‘uma breve cartografia’ do Cariri relacionada a nova historiografia: quais são os temas estudados e o que essas dissertações e teses vão chamar de Cariri.

Assim, faz-se necessário compreender qual é a história que está sendo produzida e proposta para o ensino de História Local nas escolas caririenses a partir de estudos produzidos no século XIX e XX, por autores memorialistas e estudos produzidos no século XXI por uma nova geração de pesquisadores. E, dessa forma, refletir sobre os conceitos de Historiografia, História Local, História Tradicional e Nova História articulando ao Ensino de História, visto que a historiografia que chega nas escolas tem fundamental importância no processo de ensino e aprendizagem e, por esse motivo, torna-se pertinente esta análise da Historiografia do Cariri Cearense.

Sabe-se que os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) trazem o ensino da História Local como um eixo de estudos nos primeiros anos do Ensino Fundamental, apontando para o fato da importância do contato do(a) aluno(a) com a coletividade. Além da História Local estar presente nos PCN's, a mesma ainda ocupa um lugar de notoriedade nas produções acadêmicas, principalmente de universidades fora dos grandes centros urbanos.

Nesse sentido, a análise da Historiografia do Cariri Cearense, desde as obras dos autores tradicionais eleitos para essa pesquisa até as produções recentes dos cursos de mestrado e doutorado em História de universidades estaduais e federais do Ceará que tratam da temática, torna-se relevante na medida em que se propõe analisar qual história está sendo produzida e proposta para o ensino sobre o Cariri Cearense, que Cariri é esse que se está tentando retratar e se a produção acadêmica sobre o Cariri tem chegado na educação básica.

Em relação à escrita de autores como Irineu Pinheiro e J. de Figueiredo Filho, escolhidos para análise da presente pesquisa sobre a historiografia do Cariri Cearense, observa-se que há uma tentativa de construção de uma memória oficial para o Cariri, onde em alguns momentos mostra-se evidente o protagonismo atribuído à cidade do Crato nessa escrita. Ambos os autores eram cratenses e as escritas analisadas denotam certa tradicionalidade no que diz respeito ao fazer ou ao método positivista.

A historiografia constrói seus textos dialogando com seu tempo-espacó, enquanto seu tempo-espacó também constrange essa construção. Os temas, suas estéticas compostionais, sua forma de apresentação e acabamento, estão em um fazer constante com o lugar a temporalidade em que o historiador e seus leitores estão imersos, assim como o ofício do historiador está contingenciado por sua realidade e circunstanciado pelo mundo da vida que o constitui (AZEVEDO, MONTEIRO, 2011).

Para compreender o conceito de História Tradicional, esta pesquisa recorrerá a Manoel Luiz Salgado Guimarães (2011), na sua obra Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857), livro que engloba os primeiros anos de atuação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e que demonstra uma escrita da História ancorada numa perspectiva positivista, com o Estado Nacional figurando como o único sujeito histórico possível.

Em seguida, a análise se deteve nas novas produções historiográficas sobre o Cariri Cearense. Sendo assim, recorreu-se ao conceito de Nova História que começa a se desenhar no Brasil entre as décadas de 1960 e 1980, fruto da abertura dos cursos de pós-graduação no Brasil, que permitiu uma ampliação das produções históricas no país. “O historiador, como operário da História, está contingenciado pela validez que a historiografia sofre em seu espaço social e em seu tempo, isto é, a escrita da História reflete as dinâmicas sociais existentes em seu espaço de produção” (AZEVEDO, 2011). As novas produções sobre a História do Cariri diferenciaram-se das produções canônicas no que diz respeito ao método e fontes utilizadas e principalmente na problematização sobre o que é o Cariri, e qual Cariri pretendia-se mostrar nessas novas produções historiográficas.

A reflexão sobre o contexto de História Local articulado ao conceito de Ensino de História esteve presente praticamente em quase todos os momentos da pesquisa, visto que o que se pretendeu analisar foi a construção da Historiografia do Cariri em dois momentos: O Cariri enxergado pelos cânones e o Cariri que está sendo

interpretado pelas novas produções. Assim como refletiu-se sobre qual historiografia caririense está sendo proposta para o ensino, a partir do momento em que adentra-se ao debate sobre disciplinas de História Local que estão sendo propostas para o currículo de algumas cidades caririenses.

O ensino de História Local apresenta-se como um ponto de partida para aprendizagem histórica, pela possibilidade de trabalhar com a realidade mais próxima das relações sociais que se estabelecem entre educador-educando/sociedade o meio em que vivem e atuam (BARROS, 2013, p. 3).

Por conseguinte, o estudo da História Local possibilita o educando refletir sobre a relações sociais do lugar onde ele vive, assim como seria um ponto de partida para compreensão de relações sociais em esferas mais amplas. E não seria pelo fato de estudar uma esfera menor que essa história seria menos importante. Conforme Cavalcanti,

(...) a História Local seria, por excelência, uma “história pequena”, ou história miúda. Não pequena em importância ou significado, diga-se à exaustão. Por “história pequena” me refiro a uma leitura que sugere uma interpretação pela qual uma história (ou várias histórias) é apreendida e percebida pela extensão espacial de seus desdobramentos; que não excederia, grandes limites geográficos (CAVALCANTI, 2018, p. 277).

Pensar o estudo da História Local no ensino de História leva-se a refletir sobre a importância da disciplina no processo de formação de identidade de um povo, de uma nação como outrora foi pautado nesta pesquisa, e de como a História é importante no processo de formação de tantos educandos. A partir desta reflexão, ao se analisar qual História está sendo produzida e proposta sobre o Cariri Cearense ao ensino, propõe-se a refletir também sobre qual identidade e memória pretende-se criar, assim comprehende-se que “o passado é sempre percebido por meio de camadas sedimentares das interpretações anteriores” (JENKINS, 2009) e a análise historiográfica sobre o Cariri cearense é, portanto, um constructo do seu tempo e espaço.

Esta é uma pesquisa de caráter historiográfico e didático que tem como propósito disponibilizar conhecimento sobre a região do Cariri cearense, a partir do momento em que se propõe a analisar a historiografia sobre a região, e ao passo que objetiva problematizar qual história está sendo produzida e proposta sobre o Cariri

cearense, qual Cariri está se tentando mostrar a partir das fontes analisadas no decorrer da pesquisa e como a produção acadêmica chega na Educação Básica.

“Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural.” (CERTEAU, 1982). Ao iniciar com esse pensamento de Michel de Certeau tenta-se compreender como pretende-se responder ao longo da pesquisa as questões problemas já apresentadas. Pois as principais fontes utilizadas serão construções historiográficas frutos da vivência dos seus respectivos autores. E ao mesmo tempo existe a vivência da autora deste estudo que entende que a historiografia é fruto do seu tempo e espaço.

Inicialmente as fontes utilizadas foram as obras consideradas canônicas dos três autores escolhidos para este trabalho: João Brígido, Irineu Pinheiro e J. de Figueiredo Filho - os motivos pelos quais esses autores e suas obras foram definidas para esse estudo já foram citados em momentos anteriores. No entanto, é importante deixar claro que suas obras foram reconhecidas como canônicas não apenas pela autora desta pesquisa, mas por parte da sociedade caririense e academia.

Será a partir da problematização sobre qual história é escrita sobre o Cariri que se fez uma análise atenta dos seguintes livros, que são fontes para esta pesquisa: *Apontamentos para a História do Cariri* de João Brígido, *O Cariri* (1950) de Irineu Pinheiro, *História do Cariri (1964) Volume I, II, III e IV* de J. de Figueiredo Filho. Assim como também foi parte da pesquisa o trabalho com leis municipais que pretendeu fazer reverberar no ensino básico a História sobre o Cariri construída a partir da ótica canônica.

Em relação a propagação da História Tradicional através de alguns municípios da região do Cariri, nos deteremos a analisar a lei municipal 2.707/2011 da cidade do Crato, por ser uma tentativa de criação de memória oficial da história da cidade, quando a referida lei institui o ensino da História do Crato nas escolas públicas de Ensino Fundamental II da cidade. A lei mencionada será mais uma fonte, agora do século XXI, analisada na presente pesquisa.

A partir da observação de fontes que almejam a perpetuação de uma história tradicional, embora sejam de séculos diferentes, foi construído o estudo sobre que história sobre o Cariri está se tentando destacar. E, posteriormente, continuou-se com a análise de fontes do século XXI. Agora serão utilizadas teses e dissertações sobre o Cariri cearense onde se buscou enxergar mediante essas fontes também as possíveis respostas para as questões problemas desta pesquisa.

“Fazer história é uma prática” (CERTEAU, 1982). Nessas fontes se tentará analisar o método e novas fontes utilizadas para construção da História do Cariri, agora sob o olhar de acadêmicos do século XXI dos cursos de mestrado e doutorado em História das universidades públicas do estado do Ceará. A intenção foi indicar ‘uma breve cartografia’ sobre a História do Cariri cearense, em que foram catalogados quais temas sobre o Cariri estão sendo pautados por novos autores e assim compreender que História do Cariri está sendo produzida e proposta. E ver que essa produção não tem chegado na educação básica.

Diante do exposto, cumpre agora informar como estão estruturados os capítulos dessa dissertação.

O primeiro capítulo, intitulado **A Historiografia Tradicional do Cariri Cearense**, promoveu uma reflexão sobre a historiografia tradicional do Cariri Cearense, outrora chamada de historiografia canônica. Iniciando com uma discussão sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e posteriormente analisando a escrita tradicional dos autores João Brígido (século XIX), Irineu Pinheiro e J. De Figueiredo Filho (Século XX).

No segundo capítulo com o título **A Nova Historiografia do Cariri Cearense**, foi analisada a produção sobre o Cariri Cearense oriunda da Universidade. Foram estudadas dissertações e teses produzidas nos seguintes programas: O programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Ceará (UFC), Programa do Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória e o Programa de pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). Este último foi escolhido para a análise devido à realização de um convênio/DINTER com a Universidade Regional do Cariri para a qualificação de professores, em 2015. É importante frisar que as teses e dissertações analisadas foram das duas primeiras décadas do século XXI e anteriores a pandemia de CODIV 19, período definido para análise das produções acadêmicas do século XXI.

Por fim, o terceiro capítulo **A relação entre a História Local e a Educação Básica Caririense**, foi iniciado com uma análise sobre como a História Local vem sendo trabalhada na Educação Básica do Cariri cearense e em que medida a produção acadêmica sobre a História do Cariri alcança às salas de aula da região. Apresentando ao final uma proposta de produto ancorado nos objetivos finais do Mestrado Profissional em História. A escolha foi a elaboração de planos de aula utilizando como referência a produção acadêmica sobre o Cariri, analisada no

segundo capítulo, com a intenção de facilitar aos professores da Educação Básica o acesso a produção das universidades sobre o Cariri Cearense, diminuindo assim o abismo entre a produção da universidade e a Educação Básica.

Capítulo 1: A Historiografia Tradicional do Cariri Cearense

1.1 A escrita da História Tradicional no Brasil: formação do IHGB

O presente capítulo desta pesquisa objetiva compreender e discorrer sobre a historiografia tradicional do Cariri Cearense. Para isso é necessária uma discussão sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, contemplando os conceitos de Historiografia e História Tradicional, visto que no Brasil os mesmos surgiram quase concomitantemente, a fim de entender o surgimento da História Tradicional no âmbito nacional.

O processo de construção da História como disciplina escolar, iniciou-se no Brasil no século XIX e foi contemporâneo do movimento de construção e consolidação do Estado Nacional, que teve como marco fundador o Regulamento do Colégio D. Pedro II, em 1838, assim como da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) que se deu no mesmo ano.

A análise dos primeiros passos do IHGB “apresenta as conexões havidas entre os objetivos políticos e ideológicos do Império e a escrita produzida pelo Instituto” (COELHO, 2012). Dito isto, percebe-se que inicialmente a história da Historiografia Brasileira estava intimamente ligada e comprometida com o progresso da nação.

A escrita da História do IHGB, demarcada pelos compromissos políticos com o Império, elegeu o Estado como principal agente, como motor da vida social, instituindo um ideal de nacionalidade profundamente dependente dos interesses da classe dirigente e por ela demarcado (COELHO, 2012, p. 331).

Sendo assim, ao propor trabalhar com o conceito de Historiografia é necessário ter entendimento do quanto este campo de conhecimento é construído a partir do diálogo com seu tempo e espaço. A História da historiografia iniciou-se no Brasil, juntamente com o processo de consolidação do Estado Nacional, portanto a escrita da História representava os interesses da época em questão, ou seja, os interesses da elite imperial do segundo reinado no Brasil.

A criação do IHGB se deu no âmbito da produção do Brasil enquanto Estado Moderno, com o objetivo de ser o órgão que pensaria um passado para o

Brasil. A historiografia brasileira ganhava uma nova página na sua história e, de fato, ali se iniciava.

O jornal *Correio oficial*, em 25 de outubro de 1838, cumprimentava a fundação do instituto como “necessidade fundamental para um país civilizado”. Nas páginas do jornal, foram ressaltadas a história e a função que lhe era atribuída de reunir o conjunto dos eventos auspiciosos de um Estado para as gerações vindouras, assim como o valor de uma instituição dedicada a essa causa (GUIMARÃES, 2011, p. 74).

Em 21 de outubro de 1838, data exata da sua fundação, o IHGB não possuía sede própria e por isso sua instalação foi estabelecida nas dependências da SAIN (Sociedade para o apoio da Indústria Nacional). Órgão que era responsável pela promoção do progresso do país, em termos econômicos. Tal órgão, assim como o IHGB possuía função de propagar a figura do Brasil com um país civilizado, aproximado aos moldes europeus.

Havia no Brasil a necessidade de se criar um projeto para a nação, a criação de uma identidade para o povo, pois com o processo de institucionalização do Império brasileiro (1824-1831), o país enfrentava revoltas em diversos pontos de sua extensão geográfica como a Confederação do Equador¹ que foi um movimento revolucionário que se iniciou em Pernambuco em 1824, mas logo alcançou as províncias vizinhas, e a Cabanagem², ou Guerra dos Cabanos, que foi uma revolta popular social que ocorreu na então província do Grão-Pará entre 1835 e 1840, durante o Período Regencial.

A ideia da criação do Instituto Histórico e geográfico Brasileiro foi dada pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa e pelo Marechal José de Cunha Matos. Ambos foram personagens importantes no processo de fundação e consolidação do Estado. A atuação de homens como eles contribuía para a formação desse Estado. Nas palavras de Manoel Salgado: “a carreira de servidor do Estado era uma das características dos dois mais importantes fundadores do IHGB, o que, aliás, era compartilhado com vários intelectuais reunidos no instituto” (GUIMARÃES, 2011, p. 72).

¹ Ver em FARIA, Airton de. História do Ceará / Airton de Farias.-7 ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2015.

² Ver em SOUZA JÚNIOR, José Alves de. Cabanagem: revolução amazônica: 1835-1840. São Paulo: Fundação Lauro Campos, 2022.

Desde a sua criação, o IHGB teve a proteção e o apoio financeiro do Estado. A partir de 1840, o imperador D. Pedro II, além de participar com frequência das sessões, se tornou o maior incentivador da instituição. O Instituto em atividade passou a difundir suas pesquisas e promoções do projeto de consolidação do Estado Nacional através da publicação da Revista do IHGB.

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi posta em circulação a partir de 1839. Destinava-se a divulgar a produção dos membros do Instituto, mas contava com contribuições de historiadores, geógrafos, antropólogos, sociólogos, arqueólogos de modo geral. Vale ressaltar que os membros do Instituto eram em sua grande maioria juristas, militares e médicos.

Os primeiros estatutos acrescentaram a função de sensibilizar a esfera pública por meio de cursos, palestras e uma revista de publicação regular dedicada as questões históricas e geográficas. O propósito de escrever uma história do Brasil, embora não enunciado explicitamente, no entanto constituía o pano de fundo de um trabalho que à primeira vista, poderia parecer apenas motivado pelo interesse documental. (GUIMARÃES, 2011, p. 115)

A escrita da história do Brasil, tendo como principal veículo de propagação a Revista do IHGB, teve intenções de se criar uma identidade, um sentimento de integração nacional. Intenções essas que comungavam com o propósito de apaziguamento de tensões pelas quais o Império passava. O Brasil não poderia estar fragmentado, “seria preciso abraçar o ideal da síntese, por uma questão epistemológica e política: as províncias do Império deveriam permanecer unidas, como se fizessem parte de um todo” (RAMOS, 2021, p.15).

Assim como deveria haver unidade na escrita sobre a História do Brasil. Segundo Von Martius, também deveria ocorrer a unidade política. Não por acaso, a figura desse médico e botânico alemão é importante para a construção de uma História Nacional. Ele foi o vencedor do concurso do IHGB, de 1838, com o texto “Como escrever a História do Brasil”, no qual ele afirmou que era necessário garantir que o Brasil tivesse uma História Nacional homogênea. Para isso, ele sugeriu uma História do Brasil a partir de um território visto como dividido em grandes regiões e não em províncias.

Diversas revoltas explodiram em várias províncias da recente nação, e a função do IHGB e sua revista era escrever sobre a História do Brasil que se pretendia postergar para o futuro. Sendo assim, a escrita da História no período mencionado

nesta pesquisa está impregnada de intenções relacionadas a um projeto nacional de consolidação de uma identidade específica e estreitamente associada à figura do homem europeu ocidental. Tentava-se criar uma História, uma memória, a partir dos diversos temas trabalhados que esta pesquisa se deterá mais adiante. Não apenas a partir da escrita histórica, mas também nas artes plásticas. É da segunda metade do século XIX a pintura de diversos quadros, como o quadro “A primeira Missa”, de Pedro Américo, que contam uma história do Brasil, na perspectiva do IHGB.

É necessário afirmar que o IHGB e o seu papel estavam intrinsecamente ligados as questões políticas do país, assim como a visão da História para o Instituto dizia respeito ao oferecimento de conhecimentos ao governo.

Aqui tocamos o cerne da visão do IHGB a respeito de história. Na medida em que os membros do instituto pretendiam transmitir lições aos governos, partiam do princípio de que seria possível filtrar exemplos e modelos da história para o presente e futuro. A história, entendida como a experiência de gerações passadas, poderia indicar como fazer as coisas (GUIMARÃES, 2011, p. 115).

A História vista como experiência, como algo a ensinar ganhou espaço nas páginas da Revista do IHGB, assim como a publicação de fontes primárias, relatórios sobre as características físicas e geográficas do território brasileiro. Pode-se dizer que a Revista do IHGB teve uma função indiscutível na consolidação das investigações humanísticas e naturalistas sobre o Brasil. Na publicação da Revista do IHGB, de 1839, foi indicado “Dêem-me o mapa do país, sua configuração, seu clima suas águas, seus ventos e toda sua geografia física, informe suas produções naturais, sua flora e sua geologia e eu me proponho a dizer à priori qual será o homem deste país” (Revista IHGB, nº 02, 1839).

O estilo de escrita era compromissado com a formação de uma identidade. Havia o desejo de se compreender a formação do Estado através do estudo do passado, mas também o dever de preencher os espaços deixados na historiografia. Vale ressaltar que por diversas vezes o preenchimento de tais espaços trazia o sentimento patriótico, assim como também a presença dos grandes heróis do projeto de consolidação Estado Nacional. Compreendiam a História como algo a aprender com que já viveu. Era o tempo da História Magistra Vitae e da verdade histórica da Escola Metódica. Nessa perspectiva, a verdade histórica é concebida como o produto da descrição das fontes e documentos produzidos pelo exercício de poder do Estado

Nacional, já que ele era o único sujeito histórico possível. Decorre daí a História produzida pelo IHGB ser uma história política e uma história da Coroa, família real e poder do Império.

A revista em suas publicações esteve preocupada em compreender a colonização através principalmente de três áreas: questão indígena, história regional e relatórios de pesquisas e viagens. No que diz respeito a questão indígena, foi o eixo temático a que mais se dedicaram as publicações da Revista do IHGB.

Esse campo temático, que terminou por ocupar a maior parte da revista, abarcou textos e documentos a respeito das diversas tribos indígenas, seus costumes e línguas, a catequese e o trabalho de missões religiosas, bem como a questão de seu aproveitamento como mão de obra (GUIMARÃES, 2011, p. 115).

No tocante a questão indígena nos deteremos a analisar a obra de Francisco Adolfo Varnhagen, militar e diplomata, considerado pela historiografia tradicional como o “pai da historiografia brasileira”, a qual dedicou parte de seus trabalhos.

1.1.1 Francisco Adolfo de Varnhagen

Já foi dito nesta pesquisa que a historiografia é construída a partir do diálogo com seu tempo e espaço e que no Brasil a História da historiografia iniciou-se juntamente com o processo de consolidação do Estado Nacional. A obra de Francisco Adolfo de Varnhagen não se diferencia desse propósito que enaltecia a nação e criava uma identidade para o país, pelo contrário. Nos deteremos adiante em tentar compreender como a obra do autor considerado “pai da historiografia”, estava imbuída de patriotismo e exaltação da nação.

Varnhagem nasceu em 17 de fevereiro de 1816, em São João de Ipanema (Sul de Sorocaba), no interior de São Paulo. Filho de Frederico Luís Guilherme de Varnhagen e de Maria Flávia de Sá Magalhães, foi educado em Portugal, frequentando o Real Colégio da Luiz e a Academia da Marinha posteriormente. Foi um militar, diplomata e historiador. Sobre essa última função, não se pode ignorar a sua contribuição para a história da historiografia brasileira.

No caso de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), encontramo-nos diante de um fenômeno análogo. Ninguém pode ocupar-se da história no Brasil ou trabalhar com ela e ao mesmo tempo, ignorar Varnhagen como historiador. Sobre Varnhagen, ainda que inúmeros cientistas tenham manifestado seu ponto de vista, era idealizando-o como fundador da historiografia brasileira ora cunhando-o como historiador reacionário e representante de uma compreensão conservadora da sociedade, tal como defendem os representantes de uma ciência crítica, não existe qualquer obra a respeito de Varnhagen que possa atender a exigências científicas (GUIMARÃES, 2011, p. 115).

É notório que existe uma dualidade na visão a respeito de Varnhagen. É inegável a sua contribuição para a História e a Historiografia no Brasil, assim como também a sua contribuição para o projeto de construção de identidade da nação. Seu primeiro trabalho de História foi *Notícia do Brasil*, entre 1835 e 1838. Ele entrou para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1841, onde exerceu o cargo de primeiro secretário. Em 1844 obteve a nacionalidade brasileira, quando foi admitido na carreira diplomática.

Segundo Guimarães (2011, p. 183), “em 1840, Varnhagen, após ausência de 17 anos, empreendeu sua primeira viagem para o Brasil, tendo então, constatado com desaprovação a forte europeização da capital do Rio de Janeiro”.

Nas suas obras, o Brasil era evidenciado como posto avançado da cultura portuguesa no Novo Mundo. Sua educação em Portugal teve influência do Romantismo e do Iluminismo, e, dessa forma, o caráter de nação civilizada estava presente em suas publicações. Além da civilidade defendida em suas obras, os aspectos geográficos eram evidenciados e as ações colonizadoras eram minimizadas ou romantizadas, na intenção de promover memórias prósperas e positivas em relação a história do Brasil.

Contava com o apoio financeiro do Império para empreender viagens e concluir trabalhos, informava através de correspondências o andamento dos trabalhos ao imperador D. Pedro II. No contexto de sua troca de correspondência, Varnhagen costumava informar ao imperador regularmente as etapas do trabalho na História do Brasil (GUIMARÃES, 2011, p. 197). D. Pedro II era um incentivador da arte e da ciência, sendo assim, disponibilizava apoio financeiro para o IHGB.

Sua obra é extensa, no entanto se destacam três principais: a *História Geral do Brasil* (Volume 1- 1854, Volume 2- 1857), a *História da Independência do Brasil* (1916), e a *História das Guerras contra os Holandeses no Brasil* (1871). Ele ocupou-se em descrever o Brasil através de aspectos físicos e geográficos.

Os indígenas foram recorrentes em suas temáticas. Como foi dito anteriormente, as ações civilizadoras da colonização presente nas suas obras abrandavam o genocídio ao qual os povos originários foram submetidos no Brasil. Conforme Guimarães:

No capítulo a respeito da colonização do Brasil, Varnhagen muitas vezes acentuou a brandura desse processo em comparação com o que ocorreu em outros países. Tanto a escravidão como também a atitude em relação aos indígenas no Brasil teria sido mais humana do que por ex. nos EUA, e nada tinha do exagero de que se falava: “A abundância de mestiços e mamelucos... vem em auxílio dos que cremos que o lipo índio desapareceu, mas em virtude de cruzamento sucessivos que de verdadeiro cruel extermínio” (GUIMARÃES, 2011, p. 226).

Varnhagen era membro da camada dominante brasileira. E esse discurso que abrandava a colonização e seus efeitos fazia parte do discurso da elite brasileira da época imperial. Na construção do discurso histórico não foram destacados as ações genocidas e exploratórias da colonização, e com Varnhagen não foi diferente. Ele, a sua escrita representava a sua época e os interesses da classe dominante no Brasil.

A exaltação a nação, a descrição das belezas naturais, a suavidade do extermínio de indígenas, a não aceitação da miscigenação entre povos foram aspectos da escrita desse militar diplomata e historiador que construiu as bases da historiografia no Brasil. Seu estilo tradicional, o trato com as fontes, primárias muitas vezes, são aspectos evidenciados na observação da sua obra.

A História Tradicional teve o seu “pai” no Brasil. O positivismo surgiu na França no século XIX. O método positivista influenciou Varnhagen e tantos outros historiadores, memorialistas e outros que se dedicaram a escrever a história da Nação. Para Varnhagen “a verdade é só uma e há de triunfar em vista dos documentos” (REIS, 2002, p. 48). A relação dele com as fontes e com a produção da verdade histórica é evidenciada através da sua produção historiográfica baseada em documentos oficiais, onde o mesmo buscava reunir o maior número possível, a fim de construir um conhecimento histórico verdadeiro.

Varnhagen seria um iluminista pré-revolucionário: progressista e gradualista. O passado resolveria os seus problemas sem necessidade de ruptura. A verdade moderna, que se baseia na dúvida e na crítica documental torna-se nele uma verdade clássica, baseada em valores éticos. A crítica documental, moderna, leva à ação

segundo a tradição. A crítica documental não se opõe a tradição, resgatando-a livrando-a da mentira e da crise, restaurando-a em seu vigor (REIS, 2002, p. 49).

Os documentos trariam verdades inquestionáveis para Varnhagen e seria através desses que se chegaria ao conhecimento histórico verdadeiro, livre de contestações. Como historiador clássico, não havia para o mesmo a ideia de verdade moderna, baseada na dúvida e na crítica documental.

Adiante, esta pesquisa se deterá a analisar a produção historiográfica tradicional sobre a região do Cariri Cearense, quais métodos utilizados para essa produção e que tipo de memória pretendeu se criar sobre a região citada, já que a escrita da História objetiva a criação de uma memória. O IHGB foi uma das instituições responsáveis para o Brasil, ao passo que as publicações da Revista do Instituto dedicaram diversas páginas para esse feito.

A História Tradicional ganhou corpo no Brasil do século XIX, objetivando consolidar uma identidade nacional, ora abrandando a colonização, ora enaltecedo as ações do Império, que num contexto de revoltas espalhadas pelo território nacional, necessitava de atitudes apaziguadoras, como notícias e publicações que chegassem até o povo brasileiro por exemplo, e contou com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para tal feito.

1.2 Analisando a Historiografia Tradicional do Cariri Cearense

A escrita da História é constituída a partir de diálogos entre o historiador, seu tempo e espaço, por tal razão, a historiografia reflete as questões sociais do seu tempo. Sendo assim, um dos objetivos desta pesquisa é analisar a produção historiográfica sobre o Cariri a partir da ótica tradicional, ou seja, através das obras de autores que foram considerados cânones³ em relação a História do Cariri Cearense, e assim buscar compreender qual é a memória sobre o Cariri que esses respectivos autores pretendiam criar.

No que diz respeito a História Local no Cariri Cearense, destacam-se as produções de quatro intelectuais escritas entre os séculos XIX e XX: João Brígido dos Santos, Irineu Pinheiro, José de Figueiredo Filho e Padre Antônio Gomes de Araújo.

³ É importante deixar claro que esses autores foram reconhecidos como cânones não apenas pela autora desta pesquisa, mas por parte da sociedade caririense e academia.

É necessário deixar claro que esta pesquisa se dedicará a analisar as obras de três desses autores; João Brígido dos Santos, Irineu Pinheiro e José de Figueredo Filho. Por razões de acesso a fontes e a partir de uma análise sobre a produção historiográfica dos mesmos. Inicialmente será analisado a obra de João Brígido dos Santos, pois o mesmo e sua obra darão suporte a historiografia do século XX.

Tanto Irineu Pinheiro como José de Figueredo Filho foram membros do Instituto Cultural do Cariri, e não por acaso a historiografia do Cariri pode ser confundida com a história do ICC.

A historiografia do Cariri confunde-se com a própria história do ICC é que os historiadores foram fundadores daquele instituto, e também pelo fato de que o ICC estabeleceu uma rede de relações com outras instituições, especialmente com a Faculdade de Filosofia do Crato, somando esforços numa política de pesquisa com a finalidade de produzir-se a história do Cariri e, particularmente do Crato (CORTEZ, 2000, p.128).

Desde a sua fundação em 1953, o ICC tem sede no município do Crato, funcionando inicialmente nas casas dos sócios, posteriormente em sede própria a partir de 2006. O acervo do Instituto conta com cerca de dez mil livros e coleções de jornais publicados na região do Cariri no início do século XX.

Como já foi dito anteriormente, por vezes a historiografia do Cariri confunde-se com a história do Crato, pois o território de Crato e Jardim, descrito nas obras dos autores selecionados para esta pesquisa, corresponde ao Cariri do século XIX e início do século XX, quando o Crato era narrado como protagonista na História Local.



Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

No mapa (Mapa 1) acima é demonstrado o Cariri como uma região dividida entre Crato e Jardim no século XIX. Municípios com territórios de grandes extensões e muitas povoações. Hoje, o Cariri corresponde ao território dividido em cidades, sendo elas: Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Missão Velha, Jardim, Caririaçu, Farias Brito, Nova Olinda e Santana do Cariri.

1.2.1 João Brígido dos Santos

João Brígido dos Santos nasceu no dia 3 de dezembro de 1829 na Vila de São João da Barra, província do Espírito Santo. Seus pais Inácio Brígido dos Santos e Vicêncio Rolim dos Santos mudaram-se para o Ceará quando ele tinha apenas um ano de idade. Residiram inicialmente no Icó, depois São Mateus (Jucás), Quixeramobim, Barbalha e Crato.

Fixando-se no Crato iniciou o exercício da advocacia, começando a sua tumultuosa jornada de imprensa, fundando e dirigindo a folha “O Araripe” (1855). Em março de 1861, submetendo-se a concurso, foi nomeado professor de português do Liceu, onde aposentou-se em 1881.

Foi deputado provincial (1864-1867), deputado geral (1878-1881), senador do Estado (1892) e deputado estadual (1893-1894). Faleceu em 14 de outubro de 1921. Suas principais obras são: A Fortaleza de 1810 (1882); Miscelânea Histórica (1889); O Ceará – Lado Cômico (1889); o Príncipe Gastão d’Orleans – O Conde d’Eu (1889); Eférides (1990); Ceará – Homens e Fatos (1919); Apontamentos para a História do Cariri (1888).

Junto a Tristão de Alencar Araripe e Tomás Pompeu de Sousa Brasil foi um dos responsáveis pelos primeiros estudos e publicações a respeito da história do Ceará no século XIX. Em relação ao Cariri Cearense, objeto de análise desta pesquisa, foi selecionada a obra Apontamento para a história do Cariri (1888), onde o autor descreve a região, sua fundação, algumas cidades e momentos históricos que servirão de base para autores da historiografia do Cariri Cearense escrita no século XX.

A obra é iniciada com a temática descoberta do Cariri onde o autor alerta sobre as possíveis versões para tal descobrimento, deixando evidente uma preocupação com as fontes históricas numa perspectiva típica da escola Metódica.

A época precisa do descobrimento do Cariri tem sido um objeto de custosas indagações. Não existindo arquivos públicos, onde se possa ir sondá-la, e sendo este um fato muito antigo para que a tradição possa apresentá-lo em sua inteira verdade, é antes assunto para uma dissertação, que uma verdade para a história. (SANTOS, 2023, p. 18).

Apesar de reconhecer as inúmeras versões para a descoberta do Cariri. João Brígido seleciona uma que lhe parece mais razoável e a descreve em sua obra:

O Cariri foi descoberto e principiado a povoar por aventureiros baianos partidos do Rio S. Francisco de 1660 a 1680, muito antes do governo de Sebastião de Sá no Ceará. Sabe-se que um negro, escravo da casa Torre, residente em uma fazenda de criar, na margem do S. Francisco, pertencente então a aquela casa, em idade tenra, caindo em poder dos Cariris, em uma das suas excursões, foram trazidos para aqui, onde os recursos de sua inteligência lhe ganharam a afeição desses selvagens, sobre quem tinha, a ascendente dos hábitos contraídos no comércio dos brancos, e levava vantagem o conhecimento de algumas artes mais necessárias a vida. (SANTOS, 2023, P. 18).

A seguir, ainda na obra *Apontamentos para a história do Cariri* (1888), João Brígido descreve o povoamento do Cariri. Outro assunto presente na sua obra diz respeito ao aldeamento de índios e extinção destes. Outro assunto relevante na sua obra foi a mineração. O autor destacou a presença de mineiros nas terras caririenses e a busca por metais preciosos, relatando a corrida do ouro no Brasil.

O cariri tinha reputação de país eminentemente aurífero, e sabemos que, logo depois do seu descobrimento, foi conhecido por Minas do Cariri. Devemos ao zelo incansável do Dr. Theberge preciosas notícias sobre este ponto de nossas antiguidades. Ele encontrou sobre os velhos registros do senado de Icó. Muitos apontamentos, de que nos serviremos neste artigo. (SANTOS, 2023, p. 34).

A criação da Vila do Crato, assim como a produção de sua importância para a região foi outro ponto abordado pelo autor João Brígido na obra em questão. Vale ressaltar que o mesmo produziu sua obra no século XIX, quando o Crato e a cidade de Jardim eram as duas principais cidades do Cariri cearense. E a importância histórica deveria fortalecer uma importância política da cidade Crato, da qual João Brígido poderia se beneficiar de algum modo.

Desde esta época não foi mais duvidosa a proeminência do Crato entre os povoados do Cariri, e todos estes principiaram a depender de sua jurisdição civil. Lançaram-se os fundamentos do edifício, que serve ainda hoje de prisão, e bem assim construiu-se o pelourinho, porte de escândalo que atesta por toda parte a passagem dos portugueses. Criou-se também um corpo de cavalaria, de que foi comandante Antônio Lopes de Andrade. (SANTOS, 2023, p. 49).

Outras cidades foram retratadas na obra como Missão Velha e Jardim, assim como as famílias importantes desses locais. Outro ponto abordado pelo autor foi a Revolução de 1817, assim como a participação da família Alencar no movimento na cidade do Crato. Movimento no qual Crato proclamou a República.

O Crato, como foco de imensa população e ponto mais longínquo para ação do governo, era o lugar que convinha agitar de preferência. Foi, pois, solicitado a aceitar perigosa comissão, e por que tudo se reputava feito, si se lograsse ganhar para causa da república. (SANTOS, 2023, p. 64).

Outro assunto abordado foi a independência do Brasil, o que mostra que nas suas obras, João Brígido não só relatava questões de âmbito local, mas questões de âmbito nacional também. A escrita de João Brígido foi a base da escrita de Irineu Pinheiro e José de Figueiredo Filho sobre a História do Cariri e do Crato. Ambos ligados ao ICC, o Instituto Cultural do Cariri.

1.2.2 Irineu Pinheiro

Irineu Pinheiro, nasceu em 1881 na cidade do Crato. Filho de Irinéa Pinto Nogueira Pinheiro e Manuel Rodrigues Nogueira Pinheiro. Estudou no Seminário São José do Crato e formou-se na faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1910. Exerceu outras funções como professor de história e pesquisador desta área.

Na cidade do Crato exerceu as atividades de médico e professor conciliando com as pesquisas históricas. Nessa mesma cidade participou de campanhas higiênicas, como a campanha contra a peste bubônica, em 1936, e foi um dos fundadores do Instituto Cultural do Cariri. Segundo Italo Viana:

Em seu discurso de posse no ICC Irineu disse esperar que a entidade fosse capaz de resolver problemas de cunho histórico, como saber qual a “verdadeira data do descobrimento” do Cariri, bem como escrever, por meio de documentos, a história da participação do Crato nos movimentos de luta pela independência e instauração da república, como ocorrerá em 1817 (VIANA, 2011, p. 67).

Considerava-se um historiador e acreditava que suas pesquisas o levariam a encontrar a verdade dos fatos ou acontecimentos, concepção metódica da verdade histórica. Nessa intenção, escreveu *O cariri, sua descoberta, povoamento, costumes* (1950) e *Efemérides do Cariri*, publicado após sua morte, em 1963. Faleceu em maio de 1954, menos de um ano depois de fundar e presidir o Instituto Cultural do Cariri.

Um dos seus grandes objetivos era desvendar a origem ou descobrimento do Cariri e se dedicou a isso no livro *O Cariri, seu descobrimento, povoamento, costumes*. Um livro descrito como regional por ele mesmo, mas que não

desinteressaria leitores de outra região do país. Fica evidente uma tentativa de relacionar a história do Cariri a história do Brasil, assim como fica evidente a influência da escrita do IHGB na sua obra.

Este livro puramente regional, mas penso que não desinteressará ao leitor do norte, do sul ou do centro do Brasil. É um grande todo indiviso a nossa pátria, ligada pela mesma língua, pela mesma religião, pelas mesmas tradições, pelos mesmos costumes que, aqui e ali, bem poucas vezes, se poderão diferenciar (PINHEIRO, 201, p. 8).

Nesta obra, Irineu Pinheiro procurou narrar o “descobrimento” e povoamento do Cariri cearense, além dos hábitos das pessoas dessa região. Julgava a sua escrita útil e verdadeira. Vale ressaltar que o Cariri descrito na obra é o Cariri Cearense do século XIX.

O Cariri é uma região que comprehende in totum ou em parte os seguintes municípios no extremo sul do Ceará: Crato, Barbalha, Juazeiro, Missão Velha, Milagre, Mauriti, Brejo Santo, Jardim, Santanopole, São Pedro, hoje Caririassú, Quixará (PINHEIRO, 2010, p.7).

Assim como os historiadores do IHGB, descreveu a paisagem do Cariri na sua obra destacando a paisagem como o principal argumento para o território. Destinou páginas para detalhar a cidade do Crato, cuja história confunde-se com a história do Cariri Cearense.

Há mais de cem anos o naturalista escocês George Gardner, em um rapto de lirismo, exprimiu as sensações que lhe vincaram a alma para sempre no dia em que chegou ao Crato: A beleza da tarde disse ele, a frescura vivificante da atmosfera e a opulência da paisagem, tudo tendia a produzir uma alacridade de espirito que só o amante da natureza pode experimentar e que, em vão, desejei fosse duradoura porquanto me sentia bem não só consigo mesmo, mas em paz com todos sobre a terra (PINHEIRO, 2010, p. 7).

A descrição da sua terra natal lembrava o olhar que os portugueses tiveram quando adentraram o território brasileiro, assim como faz parte do fazer historiográfico do IHGB a exaltação à terra, à nação. E embora falasse das belezas naturais, Irineu Pinheiro deixou claro na sua obra que o Cariri era sertão. Todavia banhado por rios e nascentes que saciavam os olhos de quem o admirasse. Nesse sentido o sertão descrito e defendido pelo mesmo diz respeito a ideia de interior, ou seja, aquilo que não era litoral, era sertão – conforme a concepção de Capistrano de Abreu (1907) em Capítulos de História Colonial.

Dedica algumas páginas para falar dos indígenas Cariri, que nos remete a escrita de Adolfo de Varnhagen que dedicou escritos para falar dos povos originários do Brasil, e percebe-se a influência da escrita tradicional do IHGB, presente na obra de Irineu Pinheiro.

Sobre os indígenas, descreve a sua peregrinação até fixarem-se no Cariri.

Veiu-lhe o nome dos seus habitantes primitivos, os índios Carirís, originários de um lago encantado, conforme eles diziam, talvez o rio das Amazonas, no pensar de Capistrano de Abreu. Na sua larga peregrinação, viajaram, a princípio, ao longo do litoral, mas expulsos da beira mar pelos tupiniquins e tupinambás, portadores da língua geral, internaram-se nos sertões, onde também há poucos felizes, vales fartos e frescos (PINHEIRO, 2010, p. 8).

Outro aspecto observado na sua escrita, trata do processo de miscigenação do Brasil e da participação dos indígenas em tal processo, assim como o mesmo descreve a possível participação do Movimento dos bandeirantes pela região do Cariri Cearense na tentativa de uma explicação para o povoamento da região do Cariri.

Historiadores há que afirmam ter sido o Cariri descoberto por bandeiras da afamada Casa da Tôrre, da Baía, fundada por Garcia d'Ávila, assim chamada por ser uma casa muito alta, no dizer do Padre Antônio Vieira, em seu papel forte. Em Datas Históricas do Ceará escreve João Brígido que a tradição coloca entre 1672 e 1678 o começo do povoamento (PINHEIRO, 2010, p.12).

Irineu Pinheiro objetivou discorrer sobre a possível data precisa para o povoamento da região do Cariri Cearense. A História para o mesmo precisava dessa objetividade das datas e verdades absolutas. Sua escrita é cheia de detalhes e é possível perceber como o mesmo relaciona a história do povoamento do Cariri ao processo de colonização do Brasil quando cita, por exemplo, os sesmeiros do Cariri e os seus descendentes.

Outra característica da sua escrita está na exaltação da chapada do Araripe. Irineu dedica algumas páginas para tratar da sua descrição e composição em relação aos aspectos físicos da sua ligação com a criação de animais. Concepção muito comum na compreensão do território no século XIX, que entendia os terrenos e territórios como destinados a certas atividades econômicas.

É o Chapadão um dos grandes campos criadores do Ceará. No Cariri o gado crioulo está sendo cruzado em importante escala com o Zebú que é muito

robusto, adaptável ao meio rustico, de estatura mais elevada, mais bravio, mais gregório que o nosso (PINHEIRO, 2010, p. 24).

A ligação da região do Cariri Cearense com outros estados do Nordeste também é descrita na obra de Irineu Pinheiro. Pernambuco e Bahia são os estados mais citados na sua obra, o que demonstra a forte relação do Cariri com esses estados brasileiros.

Como cratense, Irineu Pinheiro dedicou páginas de seu livro, *O Cariri, seu descobrimento, povoamento, costumes*, para tratar da cidade. Na sua escrita e, como dito anteriormente, o Crato no século XIX teve uma importante participação na história da região do Cariri, por vezes protagonizando a participação em movimentos emancipatórios, e, por isso, a História do Cariri também foi descrita em alguns casos como a História do Crato.

A ideia de criação de uma nova província na Comarca do Crato é uma ideia antiga, já discutida no Senado, e que hoje começa a reviver e tomar algum vulto. Os habitantes daquele lugar, desejando ver realizado esse projeto de um dos seus patrícios, o Sr. Senado Alencar, acabam de criar um jornal *O Araripe*, destinado exclusivamente a sustentar essa causa justa, que nos propomos defender com nossos fracos e pequenos recursos (PINHEIRO, 2010, p. 31).

As famílias tradicionais cratenses e caririenses também são retratadas na obra de Irineu Pinheiro. Na cidade do Crato por muito tempo ligou-se a história da cidade e a história de tais famílias. Eram muitas vezes os membros dessas famílias que ocupavam os cargos políticos da região. Sendo assim, por algum tempo o ensino de História sobre o Crato, ou sobre o Cariri passava pelo protagonismo de algumas famílias, e antes do início de trabalhos acadêmicos sobre o Cariri Cearense, era essa historiografia tradicional que chegava as escolas. E que reverberava como memória e História oficial na cidade. Não por acaso, o ICC providenciou a instalação de uma série de bustos e outros monumentos na cidade de Crato e a substituição de antigos nomes das ruas por nomes de membros do ICC e intelectuais citados na Historiografia local.

A criação de gado e a agricultura foram atividades essenciais para o povoamento da região do Cariri Cearense. O gado adentrou o território e os pés-de-serra foram destinados ao cultivo dos gêneros alimentícios.

A fertilidade do solo do Cariri e suas águas perenes o fadaram à agricultura. Mas foram criadores os que primeiro o colonizaram. Seu descobridor, Manuel Rodrigues Ariosa, há mais de duzentos anos, pediu ali três léguas de terras capazes de criar gado (PINHEIRO, 2010, p. 45).

Outros gêneros alimentícios e seus respectivos cultivos também são citados na obra de Irineu Pinheiro. O cultivo de algodão, cana-de-açúcar, arroz, feijão e milho também tiveram páginas dedicadas a sua produção.

A localização do Crato, seus poços e rios também foram destacados. Observa-se que os aspectos históricos, mas também geográficos precisavam ser narrados.

Os habitantes da região buscavam a diferenciação, não queriam que o local em que viviam estivesse associado à noção de atraso e de miséria. Assim como dissociavam-no dos problemas inerentes à seca. Por isso apresentavam o Cariri como local de refúgio e de progresso (REIS JÚNIOR, 2014, p. 44).

É importante destacar que a ideia propagada de que o Cariri era um oásis e não sertão foi difundida principalmente por membros da elite caririense durante o século XIX e XX. No entanto, embora o Cariri possuísse uma localização privilegiada, não eram todos os habitantes que dispunham do acesso aos poços e rios e por isso sofreram com as secas que é outro assunto secundarizado e até evitado na escrita tradicional sobre o Cariri cearense.

O Crato teve boa parte da obra dedicada a sua história. Irineu descreveu suas feiras, seus negociantes, agricultores, seus primeiros hotéis, cafés, o carnaval, praças, capelas e a colaboração na Guerra do Paraguai, e o caráter de tal descrição era no sentido de louvar a cidade, percebe-se um ufanismo em suas palavras.

Em relação a religiosidade, o povo Caririense é descrito como muito religioso e de fé inabalável. No entanto Juazeiro do norte e o padre Cícero foram secundarizados na sua obra.

Foi sempre muito religioso ainda hoje o é, o povo do Cariri. Vive como todo o cearense, a apelar para a misericórdia divina, no decurso de sua existência entremeada de épocas de fartura e felicidades e de misérias e mortes (PINHEIRO, 2010, p. 94).

As doenças que afetavam o Cariri também foram retratadas na obra de Irineu Pinheiro. É o caso da cólera que teve em 1856 uma publicação alertando a

população sobre a doença. O jornalismo cratense foi descrito como importante para região, no entanto, os jornais eram parciais, típicas do século XIX. Alguns eram políticos, outros religiosos, literários, críticos.

Em suma a historiografia Caririense produzida por Irineu Pinheiro confunde-se com a História do Crato, que era uma das principais cidades do Cariri Cearense no século XIX. O estilo tradicional do autor na descrição dos fatos históricos e paisagens, na comprovação de verdades nos remonta ao estilo positivista adotado por autores do IHGB reportado outrora nesta pesquisa.

1.2.3 José de Figueiredo Filho

José de Figueiredo Filho nasceu em 1904 na cidade do Crato. Era filho de Emilia Viana de Figueiredo e José Alves de Figueiredo. Teve um contato intenso com as letras desde criança, através de seu pai e das conversas que se formavam na farmácia de propriedade do mesmo. Formou-se na faculdade Farmácia e Odontologia em 1925. Depois da formação superior sua maior atuação profissional e intelectual foi na sua cidade natal, onde foi membro do Instituto Cultural do Cariri (ICC) e professor na Faculdade de Filosofia do Crato. Juntamente com Irineu Pinheiro, escreveu o livro *Cidade do Crato*, publicado em 1953, *Engenhos de Rapadura do Cariri*, de 1958, *Folclore no Cariri* (1962) e *Folguedos infantis caririenses* (1966). Enquanto foi professor de História da faculdade de Filosofia do Crato, escreveu a obra de *História do Cariri*, dividida em quatro volumes publicados entre 1964 e 1968. A intenção do trabalho era dar suporte didático para disciplina de História do Ceará e do Cariri.

Para realização deste trabalho, disse Figueiredo Filho: “Bebi ensinamentos em muitas fontes puras, entre as quais, as dos pesquisadores eméritos Irineu Pinheiro [...] e o padre Antônio Gomes de Araújo, incansável e inteligente investigador de nosso passo.” Com explícito ideal pedagógico, ele define o público alvo: Destina-se aos meus alunos, mas também servirá como orientação ao ensino de história regional, nos estabelecimentos secundários, nos grupos escolares e escolas isoladas (VIANA, 2011, p. 88).

Para fins desta pesquisa foi selecionado os livros *História do Cariri (1964)* *Volume I, II, III e IV* como fonte para análise dos principais temas abordados por J. de Figueiredo Filho sobre o Cariri Cearense.

No livro *Cidade do Crato* (1953), Irineu Pinheiro e J. de Figueredo Filho escreveram com teor apológico ao Crato para fins de comemoração dos cem anos de elevação à categoria de cidade.

No volume I do livro de *História do Cariri* (1964) inicialmente têm-se uma tentativa de explicitação para o nome Cariri e a localização da região.

O Cariri é a região sul do Ceará, situada ao sopé do Araripe. É irrigado, em grande parte, por dezenas e dezenas de fontes perenes, brotadas daquela serra que o separa de Pernambuco e causa principal da situação privilegiada, que sua natureza desfruta, em contrate com a caatinga ressequida que o circunda (FILHO FIGUEREDO, 2010, v. I, p. 5).

O Cariri Cearense é descrito como uma espécie de vale verde, abastado em água, tanto Irineu Pinheiro como na obra agora analisada de J. de Figueredo Filho. Os aspectos geográficos são evidenciados nesse primeiro volume do livro História do Cariri. É importante deixar claro que a escrita dos dois autores é muito semelhante nas obras aqui analisadas. Ambos foram membros do ICC, portanto são da mesma matriz, ou seja, possuem as mesmas influências na escrita.

A contribuição do ICC para a construção de uma memória sobre o Cariri é inegável. Instituto foi fundado em 1953 e vinculava-se à proposta de incentivar o estudo das ciências, letras e artes em geral, e especialmente da História e da Geografia política do Cariri, sendo os seus membros responsáveis pela criação de tal memória e bebedores praticamente da mesma fonte.

Tido com um centro socializador daqueles que, de algum modo, comungavam de um mesmo horizonte de ideias e pensamentos, o ICC reuniu nomes que acreditavam que a história do Crato era exemplo de virtudes morais, cívica e culturais, inscritas na tradição iluminista de civilização e progresso (VIANA, 2011, p. 37).

Já foi mencionado aqui o quanto a História do Cariri e do Crato são confundidas na escrita da história de cunho tradicional sobre o Cariri Cearense, e que essa historiografia foi construída no século XIX e XX, os dois séculos que vão presenciar a construção de instituições que pautavam a escrita da história nacional. Sendo assim as escritas tendiam a seguir um padrão e por isso a semelhança entre as escritas de Irineu Pinheiro e J. de Figueredo Filho.

Os indígenas Cariris também estiveram presentes na obra *História do Cariri* de J. de Figueredo Filho Volume I. A diferença observada é a presença de capítulos

dedicados a compreensão da colonização do estado do Ceará, sendo que na obra e autor em questão a análise não ficou limitada apenas ao Cariri cearense, temáticas sobre a descoberta do Ceará, suas primeiras vilas estão presentes.

Não se isolou, porém, o Cariri do restante do Ceará. Aproximaram-se os sertanejos através do primeiro amplexo com seu irmão de capitania pelo Inhamuns, e pelo Jaguaribe. Já não foram populações diferentes que se encontraram e se fundiram. Foram também homens do ciclo do couro, forjados nos sertões, na criação e na lavoura que se deparam uns com outros, com os mesmos sentimentos, adquiridos na dura lida sertaneja, longe do litoral. Tudo isso para a construção do Ceará, com os mesmos elementos étnicos, vindos do sul ou do norte, dentro da pujante unidade nacional (FILHO FIGUEREDO, 2010, V. I, p. 23).

O tema da Unidade nacional, típico da escrita histórica do século XIX, é bastante frequente na escrita de Figueredo Filho. Nela, o Estado Nacional como único sujeito histórico possível e a referência a uma ideia de civilização também é constante em seus argumentos.

Outro aspecto presente na obra de J. de Figueredo Filho que também é semelhante a obra de Irineu Pinheiro é a presença da ligação do Cariri cearense com a então capitania de Pernambuco. Sabe-se que a capitania do Ceará passou a integrar o Estado do Brasil em 1656, ficando subalterna à capitania de Pernambuco até 1799, ano em que alcançou o status de capitania de primeira ordem, embora com subordinação judicial primeiro à relação da Bahia e depois à de Pernambuco até 1821. Sobre a ligação do Cariri cearense com o Pernambuco, as famílias abastadas do Cariri foram protagonistas nessa ligação, quando mandavam seus filhos estudar na capital pernambucana.

A verdade, porém, é que o Cariri cearense começou a povoar-se e a nascer para civilização, já sob inteiro domínio da capitania de Pernambuco. Se a região apareceu e cresceu sob influxos de povoadores são franciscanos e com vínculos bem profundos com os sertões pernambucanos, ficávamos, naqueles tempos, quase tão próximos de Recife, quanto de Fortaleza (FILHO FIGUEREDO, 2010, v. I, p. 29).

A Revolução Pernambucana de 1817 também foi retratada na obra de J. de Figueredo Filho. Tal revolução foi o último movimento separatista do período colonial. Está relacionada com a crise socioeconômica que o Nordeste atravessava há quase um século em razão da desvalorização do comércio do açúcar e do algodão brasileiro no mercado externo. Além disso, a presença da família real portuguesa no

Brasil aumentou o custo de vida, em virtude da cobrança de impostos, o que causou revolta entre os pernambucanos. Os ideais republicanos também colaboraram para que a revolta acontecesse.

Paralela à Revolução Pernambucana ocorreu o movimento na cidade do Crato liderado por Bárbara de Alencar, uma das principais personagens históricas femininas em processo da libertação colonial, sendo a única figura feminina da cidade do Crato, a lutar e conquistar, por oito dias, a independência diante do colonialismo português.

Muito se tem discutido em torno da revolução de 1817, na Vila Real do Crato. Foi um movimento efêmero, que durou apenas oito dias. Ocorreu a 3 de maio de 1817, em consonância com a Revolução que eclodiu em Pernambuco. Foi abafada, quase ingloriamente a 11 do mesmo mês (FILHO FIGUEREDO, 2010, v. I, p. 61).

A Revolução Pernambucana é mais um movimento que comprova a ligação do Cariri Cearense com o Pernambuco, tendo como personagens principais Bárbara de Alencar e seus filhos, Tristão Gonçalves e José Martiniano de Alencar, residentes e personagens históricos também da cidade Cratense.

No Volume II do livro *História do Cariri*, J. de Figueredo Filho dedica páginas a tratar de outro movimento com a participação da família Alencar a Confederação do Equador, que foi um movimento separatista, que ocorreu no início do século XIX, onde alguns estados do Nordeste juntaram-se em torno de Pernambuco, para criar um novo país, independente do restante do Brasil.

Um desses estados foi o Ceará que deveu sua participação a dois aspectos: primeiro a subordinação da capitania de Pernambuco que durou de 1656 a 1799, e, segundo aspecto foi a influência da família Alencar no Crato e região do Cariri cearense.

No volume II do *História do Cariri*, J. de Figueredo Filho foi dedicado a tratar da criação de outras vilas da região do Cariri cearense. Uma delas é Barbalha, que em 17 de agosto de 1846 o então distrito foi desmembrado do Crato e elevado à condição de vila.

Barbalha fazia parte integrante do município de Crato e esteve intimamente ligada à história do Missão do Miranda. Ali é que morava o capitão-mor Pereira Figueiras, no Sítio S. Paulo, vizinho a localidade. Da casa não resta o menor vestígio, uma vez que os potentados antigos, do Cariri, desfrutavam

de pouco conforto. Suas residências eram feitas de taipa e quando muito cobertas de telha (FILHO FIGUEREDO, 2010, v. III, p. 77).

A História econômica da região também foi alvo da análise de J. de Figueiredo Filho que se dedicou a tratar na sua obra da produção da mandioca, engenhos de rapadura, mineração, algodão e comércio.

A seca também foi retratada na obra e como o comércio e as atividades agrícolas eram prejudicados na época de estiagem. No entanto, a temática da seca não é aprofundada, pois ela não poderia ser algo recorrente nos “vales verdes” do Cariri.

As secas sempre exerceram ação nefasta cearense, desde os albores da nossa colonização. É o testemunho da história e da crônica do tempo. Mesmo o Cariri, de terrenos irrigados e úmidos, foi afetado pela calamidade. Em 1725 porque secaram os brejos vizinhos à cachoeira do Rio salgado, o aldeamento de S. José do Cariri Novo, mudou-se para Missão Nova (FILHO FIGUEREDO, 2010, v. III, p. 77).

A fundação de Juazeiro do Norte também está na obra de J. de Figueiredo Filho, assim como a elevação do Crato à cidade em 1853, conforme a resolução nº 623, sancionada pelo então presidente da província do Ceará, Joaquim Vilella de Castro Tavares.

No volume IV, J. de Figueiredo Filho dedica muitas páginas e capítulos para tratar da cidade do Crato, que assim como na obra de Irineu Pinheiro, é possível confundir a história do Crato com a história do Cariri cearense. Ambos os autores foram integrantes do ICC, e na análise das suas obras é possível perceber a semelhança em relação a que memória pretende-se criar sobre o Cariri. Ambos enxergavam o Cariri como uma terra fértil, de belezas naturais e descreviam as proezas de personagens importantes da região.

O estudo da escrita histórica dos dois autores analisados nesta pesquisa é semelhante e tradicional, remontando a escrita iniciada pelo IHGB em 1838, onde se enaltecia grandes personagens e havia uma certa preocupação com as fontes históricas. Portanto, as obras de Irineu Pinheiro e J. de Figueiredo Filho são versões da História do Cariri cearense e não o conhecimento absoluto sobre a região como se tentou durante um tempo propagar na região e que será discutido adiante.

1.3 Lei 2.707/2011 da cidade do Crato: Uma tentativa de criação de uma memória oficial?

A escrita da História é constituída a partir de diálogos entre o historiador, seu tempo e espaço. Sendo assim, a historiografia reflete as questões sociais do seu tempo, por tal razão esta pesquisa tem como objetivo analisar a produção historiográfica sobre o Cariri cearense desde as escritas dos autores considerados cânones às produções recentes, assim como compreender qual é a História sobre o Cariri que está sendo produzida e proposta para o ensino nessa região.

Nas obras dos autores da historiografia tradicional Irineu Pinheiro e J. de Figueiredo Filho destacados para análise nesta pesquisa é notório que tais produções objetivam criar com a sua escrita uma memória oficial para o Cariri cearense. É importante ressaltar que ambos eram cratenses nas suas obras por diversas vezes o Crato esteve como protagonista como já foi ressaltado aqui. O que está sendo analisado nesta pesquisa no primeiro momento são produções historiográficas do século XX, de historiadores que relatavam principalmente o Cariri cearense do século XIX, o que justifica o protagonismo do Crato, que pode-se dizer era basicamente o Cariri nesse período.

A tentativa de se criar uma memória oficial por parte da escrita desses cânones para o Cariri reverbera mais tarde, no século XXI, em algumas cidades do Cariri que iniciaram implementações de leis e disciplinas sobre estudos regionais. É o caso da lei municipal cratense 2.707/2011 que instituiu o ensino de História do Crato para o ensino Fundamental II nas escolas públicas da cidade e é a análise dessa lei e sua concepção de História que nos deteremos a partir desse momento.

A partir da data de 8 de agosto de 2012 entrou em vigor, na cidade do Crato, a Lei N° 2.707/2011. O projeto de Lei número 035 havia sido apresentado no ano de 2011 pelo então vereador George Macário de Brito. A referida lei foi aprovada por unanimidade pela Câmara Municipal e sancionada pelo então prefeito da cidade Samuel Araripe, que garantia a obrigatoriedade do ensino da História do Crato nas escolas públicas e particulares de Ensino Fundamental II. Além da obrigação das escolas, em todo primeiro dia letivo do mês, fazer o hasteamento das bandeiras do município, do estado do Ceará e do Brasil, com as execuções dos seus respectivos hinos. Em entrevista ao site G1, a época da aprovação da lei, na tentativa de legitimar

sua proposta, o então vereador George Macário de Brito⁴ comentou: “O Crato tem 247 anos e momentos importantes, inclusive, para a história do Brasil. Durante décadas e décadas, nunca foi passada a história do próprio município para os alunos. Quando era repassado, era de maneira superficial.”

A cidade do Crato foi alvo, durante o século XX, de uma construção teórica e discursiva que a considerava como representante da civilização, modernidade e detentora de elementos culturais de destaque na região do Cariri. Dentro dessa perspectiva, seria possível pensar a ideia do ensino da história do Crato como uma continuidade e perpetuação de um projeto de criação da ideia do Crato ser a “capital da cultura”.

A representação do Crato como detentora de civilidade, modernidade e possuidora de um arsenal cultural diferente das demais cidades do Cariri é articulada mais intensamente, a partir de 1950, com a criação do ICC, e vem desde então sendo propagado por sujeitos ou grupos por inúmeros e distintos interesses, como é o caso do ex-vereador George Macário de Brito na sua justificativa ao propor o projeto de lei:

Ao longo dos anos, temos inclinado em divulgar a nossa cultura. Vocação natural que nos rendeu o título de capital da cultura. Entretanto, o Crato do alto dos seus 247 anos, possui uma rica e bela história que injustificadamente, fora deixada à margem por todos os cratenses que, de um modo geral, são desconhecedores da sua trajetória histórica. Se este impropério, ou seja, se este insulto aos nossos antepassados perdurou até os dias atuais, será esta Lei, o instrumento que buscará a reparação deste equivoco, no mínimo bicentenário.

Na justificativa do vereador George Macário fica evidente a intenção de propagar, através do ensino de História da cidade o título de capital da cultura, assim como rememorar essa história do Crato escrita pela historiografia tradicional. O propósito de trazer à tona o título de capital da cultura seria possivelmente uma maneira de colocar o Crato em evidência, já que o mesmo havia perdido espaço político e econômico para o município vizinho Juazeiro do Norte.

Na primeira metade do século XX, Juazeiro do Norte se estabeleceu como centro político e econômico do Cariri, ocupando um espaço que antes era privilegio do Crato. Assim, a discursividade sobre as qualidades sociais, civilizacionais e culturais da cidade do Crato aparecem como forma de preencher o vácuo de espaço

⁴ O citado vereador faleceu em 2023, sendo utilizado como fonte para esta análise o texto da lei 2.707/2011 e a justificativa do vereador para a aprovação da lei, além de uma entrevista do mesmo ao site G1.

deixado pela questão do desenvolvimento econômico. Os intelectuais cratenses, o ICC e parte da sociedade buscavam apoio no que consideram ser características inerentes de sua cidade e de seus conterrâneos. O título de capital da cultura ainda é aclamado por parte dos cratenses, seja para afirmar um possível status ou para criticar a falta de sentido para titulação.

A partir da proposta para o ensino da história do Crato, é possível compreender que essa história estaria carregada de orgulho, pois há uma valorização dos aspectos locais sem problematização. Na proposta na lei 2.707/2011 na história do Crato ensinada nas escolas públicas e particulares no fundamental II seria uma história do Crato sem conflitos, sem questionamentos sobre a formação histórica e social da cidade, seus interesses, marginalização, mas sim evidenciando os aspectos que fariam dessa cidade um celeiro cultural.

Além disso ao propor que as escolas, uma vez por mês, hasteassem as bandeiras do município, estado e país e executassem os seus respectivos hinos nos remonta ao ensino da História Tradicional e a volta do patriotismo implantado nas escolas comum nos anos de ditadura civil-militar, como nos mostra parte do discurso de justificativa de George Macário:

Além do mais, o respeito e o amor às nossas bandeiras, assim como, aos nossos hinos, somente entram em evidência de quatro em quatro anos, por ocasião da copa do Mundo de futebol. Normalmente, no dia a dia, deixamos de cultivar as cores das nossas flâmulas e de entoarmos as letras dos nossos hinos, o que é lastimável. Este grave equívoco vem ocorrendo, nas últimas décadas, pois um instrumento indispensável, que era a matéria de Moral e Cívica, da saudosa memória, fora equivocadamente retirada do programa das escolas brasileiras.

De 1969 a 1993, as disciplinas de Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política do Brasil (OSPB) fizeram parte da grade curricular do ensino básico. Criadas pelo Decreto Lei 869/1969, o conteúdo ensinado substituía a Filosofia e Sociologia, disciplinas que eram ministradas até aquele momento, e visava formar o caráter dos alunos com base no que o Regime Militar considerava princípios morais, bons costumes e patriotismo assim como orientá-los para obediência às leis e ao Estado.

Esta visão saudosa do vereador George Macário em relação ao ensino de História vinculado as questões cívico-patriotas fora debatido por Mirian Bianca Amaral Ribeiro.

Ao longo da ditadura militar implantada em 1964, o ensino da História e da Geografia dos estados e municípios não escapou da visão cívico-patriótica. Também esses conteúdos foram submetidos a um tratamento que transformava cada estado e cada município em um pedaço do paraíso. Assim como se idolatrava o herói nacional, se idolatrava o fundador da cidade. A cidade estava isenta de contradições sociais, todos deviam se dedicar invariavelmente ao “bem comum”, estabelecido pela legislação da ditadura como projeto de sociedade (RIBEIRO, 2011, p. 3).

É notório que a concepção de História averiguada no texto da Lei 2.707/2011 e também a partir da justificativa do vereador George Macário seria de uma História tradicional que enaltecia os grandes nomes da cidade, imbuída por questões cívico-patriotas. No entanto, é importante deixar claro que as impressões sobre o que seria esse ensino da história do Crato são baseadas no texto da Lei e sua justificativa e uma entrevista do mesmo ao site G1 em 2011. Tais documentos não podem ser desconsiderados como fontes, no entanto, uma maneira melhor de compreender a concepção de História presente na proposta seria analisando o material didático previsto ser construído e distribuído nas escolas, o que não aconteceu.

A confecção de um material didático estava prevista na lei. No entanto, a proposta dessa produção não saiu do papel, o que dificulta uma análise mais complexa sobre quais características concepções historiográficas e narrativas estariam presentes nesse material didático. Sendo assim, a presente pesquisa se encarrega de analisar a lei 2.707/2011 e a concepção histórica presente no seu texto e não a sua aplicabilidade.

Fui professora da rede municipal de ensino da cidade do Crato entre os anos de 2011 a 2014, período este em que foi concebido e aprovado o projeto de Lei número 035 e entrou em vigor no município a Lei N° 2.707/2011, aprovada por unanimidade na Câmara Municipal e sancionada pelo então prefeito Samuel Araripe.

Dessa forma, participei da tentativa de aplicabilidade da lei nas escolas e tenho considerações a acrescentar na pesquisa.

O estudo da História Local possibilita o educando refletir sobre as relações sociais do lugar onde vive, assim como seria um ponto de partida para compreensão de relações sociais em esferas mais amplas. E não seria pelo fato de estudar uma esfera menor que essa história seria menos importante.

Nesse sentido, a História Local seria, por excelência, uma “história pequena”, ou história miúda. Não pequena em importância ou significado, diga-se à exaustão. Por “história pequena” me refiro a uma leitura que sugere uma interpretação pela qual uma história (ou várias histórias) é apreendida e percebida pela extensão espacial de seus desdobramentos; que não excederia, grandes limites geográficos (CAVALCANTI, 2018, p. 277).

Pensar o estudo da História Local no ensino de História permite a refletir sobre a importância da disciplina no processo de formação de identidade de um povo, de uma nação como outrora foi pautado nesta pesquisa, de como a História é importante no processo de formação dos educandos. Dito isto, é importante deixar claro que se sabe o valor do ensino da História Local, mas não se pode deixar de esclarecer que a aplicabilidade da lei já mencionada aqui não ocorreu tal como a mesma foi escrita.

Inicialmente a História do Crato, tornou-se uma disciplina à parte da História, como carga horária separada. Não houve material disponibilizado na escola em que eu era lotada, cabendo aos professores lotados na disciplina buscarem seu próprio material nas mais variadas fontes.

Sabe-se que o acesso à História do Crato, através de uma rápida pesquisa na internet ou em livros que tratem do assunto, a história que será encontrada na maioria das vezes é aquela produzida e divulgado por membros do ICC, por autores memorialistas, ou seja autores e obras que fazem parte da historiografia tradicional já analisada aqui. Sendo assim, conclui-se através de uma experiência vivenciada no tocante a aplicabilidade da Lei, que o processo foi diferente da teoria. Não houve material produzido em parceria com a Universidade, não houve divisão de conteúdos por série, sendo a visão tradicional sobre a história do Crato a que chegou na maioria das escolas.

Não se trata aqui de desmerecer a produção dos autores memorialistas sobre a História do Crato ou do Cariri, mas de compreender que não é a única. O ICC teve sua contribuição para o ensino de História Local e ainda tem. No entanto, existe uma leva de novos autores que também precisam ser analisados e suas respectivas pesquisas sobre o Cariri que também precisam chegar as salas de aulas.

Adiante me detenho a analisar essa nova historiografia sobre o Cariri a fim de complementar conhecimentos sobre a região e não de travar disputas sobre quem escreve e descreve melhor o Cariri Cearense ou não.

Capítulo 2 A nova Historiografia do Cariri Cearense

2.1 Os caminhos da Nova História no Brasil, no Ceará e no Cariri

O presente capítulo objetiva construir um histórico do que foi a produção da história do Cariri Cearense a partir das pesquisas produzidas em cursos de mestrado acadêmico e profissional e doutorado no Ceará. Até 1930 a produção histórica do Brasil era produzida a partir de institutos e produções de autores memorialistas. A partir de 1930 essa produção passa para as universidades, sendo que no Ceará, a produção histórica inicia por volta das décadas 1990 e 2000.

O conceito de Nova História começa a se desenhar no Brasil entre as décadas de 1960 e 1980, fruto da abertura dos cursos de pós-graduação no Brasil, que permitiu uma ampliação das produções históricas no país. “O historiador, como operário da História, está contingenciado pela validez que a historiografia sofre em seu espaço social e em seu tempo, isto é, a escrita da História reflete as dinâmicas sociais existentes em seu espaço de produção” (AZEVEDO, 2011). As novas produções sobre a História do Cariri Cearense vão diferenciar-se das produções da historiografia tradicional no que diz respeito ao método e fontes utilizadas e principalmente na problematização sobre o que é o Cariri, e qual Cariri pretende-se mostrar nessas novas produções historiográficas.

Dito isto foram observados três programas de pós graduação em História para análise das produções sobre o Cariri Cearense: o programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Ceará (UFC) e o programa do Mestrado Profissional em Ensino de História-ProfHistória e o programa de pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (DINTER-UFF). Este último tem sua escolha justificada pela realização de um convênio com Universidade Regional do Cariri para qualificação de professores em 2015. Além disso, algumas teses e dissertações de programas de pós-graduação em Sociologia e Educação farão parte da análise, por abordarem temáticas sobre o Cariri Cearense que não poderiam ficar de fora da presente análise.

Não há, no entanto, uma proposta de esgotar todos os textos sobre a região. Por dificuldades técnicas e de acesso a acervo de pesquisas, o programa de pós-graduação da UECE não fará parte da análise, uma vez que a intenção é

proporcionar ao professor do Cariri Cearense o acesso a essas pesquisas via internet, por isso foi escolhido os três programas de pós-graduação de mais fácil acesso.

Vale ressaltar que antes do programa da UFC criado a partir de 1998, com a entrada de novos professores no curso de História da URCA, alguns deles fizeram um mestrado interinstitucional com a UFRJ. E três pesquisas sobre o Cariri Cearense foram produzidos e são essenciais para análise da historiografia do Cariri Cearense: *A construção da “cidade da cultura”: Crato (1889-1960)* de Antônia Otonite de Oliveira Cortez, *A festa do pau da bandeira de Santo Antônio de Barbalha (CE): entre o controle e autonomia (1928-1998)* de Océlia Teixeira de Souza e *“Da linha do trem para lá”. O discurso sobre a prostituição na cidade do Crato (1940-1960)* de Iarê Lucas Andrade.

Na dissertação *A construção da “cidade da cultura”: Crato (1889-1960)* a autora Antônia Otonite de Oliveira Cortez apresentou quatro capítulos onde retrata o processo de construção do Crato como cidade ou capital da cultura. Num primeiro momento foi analisado o projeto civilizador elaborado por intelectuais do Crato, pautado nos ideais de civilização e ordem, higienização dos espaços e dos corpos. Em seguida a respectiva autora centrou atenção nas questões envolvendo o Crato e o Juazeiro, quando se estabelece entre essas duas localidades uma relação marcada pela lógica do contraste. A referida dissertação trata ainda dos investimentos feitos por especialistas da produção cultural no movimento da construção do Crato como cidade da cultura.

A dissertação *A festa do pau da bandeira de Santo Antônio de Barbalha (CE): entre o controle e a autonomia (1928-1998)* do autor Océlia Teixeira de Souza foi iniciada com uma contextualização histórica da relação da cidade de Barbalha com a devoção a Santo Antônio e a criação da paróquia, analisando ainda o cortejo do pau da bandeira e o seu processo de carnavalização nas décadas de 1940 a 1960. A respectiva dissertação ainda tratou sobre a relação da Igreja de Barbalha com a Festa no período entre 1928 até o início dos anos 1970 e sobre a mudança de posição da Igreja em relação a Festa no período da década de 1970 a 1998.

A dissertação *“Da linha do trem pra lá”, O discurso sobre a prostituição na cidade do Crato (1940-1960)* de Iarê Lucas Andrade também foi o objeto de pesquisa. O respectivo autor abordou a cidade do Crato as relações de gênero, a prostituição e as questões morais no Cariri Cearense, mais precisamente na cidade do Crato. Analisou ainda a produção do discurso sobre a prostituição no Crato, o olhar moral da

Igreja católica para a sociedade cratense assim como as estratégias repressoras para o mundo da prostituição na cidade. É necessário deixar claro que não se teve acesso ao texto da dissertação na íntegra, mas apenas a um resumo fornecido pelo próprio autor.

As dissertações citadas anteriormente são apenas exemplos de produções oriundas da universidade sobre o Cariri Cearense. Adiante, foram analisados três programas de pós-graduação e produções de novos historiadores sobre o Cariri cearense, anteriores a pandemia de COVID-19. Ou seja, nas duas primeiras décadas do século XXI serão analisados. Tal período foi estabelecido por acreditar que pode ter havido uma mudança no caráter e forma de escrita das pesquisas a partir da pandemia.

2.1.1 O programa de pós-graduação da Universidade Federal do Ceará

O programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Ceará (*UFC*) foi criado em 1998 com o mestrado acadêmico e, em 2010, foi criado o doutorado. O programa está consolidado como centro de investigação, debate e reflexão, conferindo titulação aos alunos egressos dos cursos de História e áreas conexas. Possui três linhas de pesquisa: Memória e Temporalidade, Cultura e poder, Trabalho e Migrações. A seguir são analisadas dissertações e teses cujas as temáticas abordadas dizem respeito ao Cariri Cearense. É importante frisar que observou-se mudança de temas em relação a historiografia tradicional.

A dissertação *Cabras, Caboclos, Negros e Mulatos. A família Escrava no Cariri Cearense (1850-1884)* da autora Ana Sara Ribeiro Parente Cortez com orientação de Eurípedes Antônio Funes do ano de 2008 apresenta em três capítulos a história da família escrava no Cariri Cearense. Esse trabalho demonstrou a existência de famílias escravas em escravarias pequenas. O que a historiografia julgava não ter.

Foi a partir da expedição realizada a procura por ouro em novembro de 1756, que a introdução de africanos, na condição de cativos, foi intensificada nesta localidade, pois, até aquele momento, apenas contava em maior medida com a mão-de-obra indígena e de poucos homens livres pobres, utilizada desde sua ocupação. Segundo o Governador do Ceará em 1750, Lobo da Silva, a concessão para as minas do Cariri só seria possível se os senhores interessados tivessem “as lotações dos seus Engenhos cheias de escravatura” e que a mina fosse toda composta de “escravos novos”. Por

essa razão, foram trazidos 61 escravos vindos de Angola; 10 da Costa; 2 benguelas e 6 criolos, especialmente para este fim, pois os que já residiam na terra, nativos ou africanos, deveriam continuar trabalhando nas lavouras e com o gado, de modo a não desestabilizar a economia local, especialmente a agricultura, ainda muito incipiente. (CORTEZ, 2008, p. 42).

A autora analisa o Cariri Cearense enquanto cenário dinâmico das experiências vivenciadas pelos escravos na formação de uma ordem social baseada na constituição da família escrava no espaço de produção, no lazer e festas. Faz ainda uma análise da família escrava, evidenciando as diferentes maneiras criadas por estes sujeitos para a constituição de vínculos conjugais, que não se restringiam ao espaço da senzala, salientando a discussão da legislação provincial e Imperial produzida entre os anos de 1850 e 1884, relacionada ao estudo acerca do sentido de liberdade dos escravos e suas estratégias para obtê-la.

A dissertação *Oralidade, Memória e Tradição nas narrativas de assombrações na região do Cariri*, a autora Sandra Nancy Ramos Freire Bezerra com orientação de Ivone Cordeiro Barbosa do ano de 2011 historicizou o conteúdo das crenças em assombrações que se difundem e se constroem nas narrativas orais do Cariri, num universo cultural de longa duração.

O texto está dividido em três capítulos e apresenta uma elaboração a partir das experiências orais que traduzem o embate de poderes por meio das representações de mundo determinadas por interesses de grupos que se investem de capacidade para lidar com entes sobrenaturais.

Em meio ao conjunto de representações que têm como ator principal o diabo de maneira recorrente nas narrativas dos folhetos de literatura oral, nos traços dos gravadores, destacamos, para iniciar o estudo, um episódio constituinte do folclore do Município de Santana do Cariri. fato extraordinário que tem sua trajetória cultural entrelaçada na religiosidade popular, estimulando práticas e decorrendo numa contribuição para formação de imagens do passado e de uma memória história identitária revestida de matéria emblemática para aquela comunidade. (BEZERRA, 2011, P. 39).

A autora apresentou as experiências referentes ao universo cultural indígena que trazem em sua estrutura matizes culturais e ressignificações a partir do século XVII pela influência de missionários capuchinhos. Ainda examinou o discurso dominante sobre esse imaginário em estudos de dois autores caririenses (Irineu Pinheiro e J. de Figueiredo Filho), nas décadas de 1950 e 1960, e a atuação desse discurso na alimentação da memória construída pelas xilogravuras e o quanto este elemento retroalimenta este imaginário.

A dissertação “*Faça-se luz: A eletrificação urbana no Cariri Cearense (1959-1972)*” do autor Assis Daniel Gomes com orientação de Antônio Luiz Macedo e Silva Filho de 2016 apresentou a história da eletrificação no Cariri Cearense. Com a fundação da Companhia Hidrelétrica de São Francisco (Chesf) em 1945 alguns políticos cearenses almejaram a possibilidade de energizar suas respectivas localidades e consequentemente, possibilitar uma modificação substancial em sua economia por meio do fortalecimento de sua atividade industrial. Além destes políticos, os intelectuais pertencentes ao Cariri também se consagraram para lutar por esse recurso para a sua região, para isso construíram em 1949 o Comitê pró-Eletrificação e Industrialização do Cariri. Objetivou-se, então, pensar como se modificou o cotidiano regional e estadual nos anos de 1950.

Nesse rol de fabricadores, estão Irineu Pinheiro, J. de Figueiredo Filho e Padre Antônio Gomes, que além de publicarem livros, exibiram suas ideias nos jornais da Capital, na revista do Instituto do Cearpam, Itayterá (1951), A província (1953 e no jornal A ação (1939). Dessa forma, aprendemos como eram amplas as redes desses intelectuais e que as empregaram para alastrar suas produções imagéticas sistematiza-las e dar-lhes força, tendo em vista que algumas tinham sido salientadas por viajantes, historiadores e intelectuais do século XVIII. (GOMES, 2016, p. 90).

A respectiva dissertação mostra como autores memorialistas e intelectuais, assim como suas obras, tiveram impacto na construção da identidade do Cariri Cearense e como os mesmos participavam das questões políticas da região.

Ainda sobre a dissertação “*Faça-se a luz: A eletrificação urbana no Cariri Cearense (1949-1972)*”, a mesma divide-se em três capítulos onde verifica-se os discursos políticos em torno da extensão da rede Chesf e como a elite do Cariri começou a movimentar-se para essa finalidade, criando um comitê em 1949 e fazendo uma movimentação interna e externa. Analisa-se o cenário político em meio a defesa de dois projetos: o sistema Cariri e o Projeto de Eletrificação Total do Estado, realçando o ritual de iniciação de uma nova era, que se gerou com a “Festa do poste”, em Juazeiro do Norte, no ano de 1959. Com tal festividade simbólica, moveu-se o desejo e a ação dos políticos que não foram contemplados pela primeira extensão das redes da Chesf no Cariri, a projetarem consegui-las.

A dissertação *O Instituto Cultural do Cariri e o Centenário do Crato: Memória, escrita da história e representações da cidade* do autor José Italo Bezerra Viana com orientação de Antonio Gilberto Ramos Nogueira do ano de 2011, traz a

análise sobre as representações do passado, a escrita da história e a construção de uma memória histórica para a cidade do Crato e se propõe a estudar a própria historiografia tradicional do Cariri. Em 1953, a partir das comemorações do centenário de elevação do Crato a cidade, houve uma tentativa de construção de uma história local que glorificasse o passado da cidade. Nesse contexto, a criação do Instituto Cultural do Cariri, auxilia na produção de uma historiografia pautada num inventário de lembranças que, articulando presente, passado e futuro, procurava tornar natural a ideia de superioridade do Crato em relação as demais cidades do Cariri Cearense.

O fato é que o ICC tentou responder as aspirações de um determinado presente, com pretensão de firmar hegemonicamente um espaço recortado, considerado singular e excepcional, na vastidão da região do Cariri. esse espaço, como dissemos, era a cidade do Crato, tida como palco de grandes acontecimentos da história do país. Os textos produzidos no ICC almejavam um pacto consensual que enaltecia o passado da cidade como modelo e condição para um projeto futuro. (VIANA, 2011, P. 35).

O autor produz uma reflexão sobre a fundação, estrutura e funcionamento do ICC, além de discorrer sobre perfil daqueles que narraram a história do Cariri Cearense. Atenta-se para o fato de como o imaginário comemorativo tentou despertar uma identificação com o passado da cidade. Analisa ainda a formação da comissão organizadora dos festejos, o programa comemorativo, as ações e projetos desenvolvidos e propostos, abordando os discursos que tratavam de um passado glorioso, procurando compreender que passado era esse, quais usos foram feitos desse passado e que lugar se esperava que ele ocupasse na memória da sociedade.

A dissertação *A experiência organizacional dos trabalhadores rurais no município do Crato-CE (1960-1970)* do autor João Paulo Fernandes da Silva tendo como orientador Frederico de Castro Neves do ano 2010, analisa o processo de organização dos trabalhadores rurais no município do Crato, no estado do Ceará, entre os anos de 1960 e 1970, período no qual se deu o surgimento dos primeiros núcleos sindicalistas rurais no Cariri, além de tentar compreender como se modelaram os elementos básicos da organização sócio-econômica desses trabalhadores, e entender as relações sociais e trabalho inseridas naquele espaço, cujas nuances refletiram-se diretamente em suas vidas.

No Cariri, manifestações de organização camponesa dar-se-ão ainda na década de 1950, através das Associações de Lavradores, orientadas pelo partido Comunista Brasileiro (PCB). Para a consolidação delas, foi constituída

uma equipe composta por José Leandro Bezerra da Costa, Fernando Ferreira e Pompélio Rocha. Tinham como metas prioritárias discutir e estudar a realidade do campo cearense, para posteriormente indicar onde seriam iniciados os trabalhos (SILVA, 2010, P. 14).

O respectivo autor discorre sobre as condições em que viviam os trabalhadores rurais na região do Cariri, sobretudo no município do Crato, no final da década de 1950 e início da década de 1960, período marcado por inúmeras transformações sociais naquela região. Além disso, são destacadas algumas iniciativas de organização camponesa na região do Cariri, no período que antecede a construção dos primeiros núcleos sindicais. Analisa a inserção da ação da pastoral a Diocese do Crato junto aos camponeses, além de buscar compreender o trabalho desempenhado pela equipe de sindicalização instituída pela Igreja no processo de organização sindical junto aos trabalhadores rurais da região do Cariri.

Busca ainda compreender as principais lutas enfrentadas, enfatizando o desafio de repensar histórias que se tornaram registros na memória dos sujeitos históricos naquele contexto.

A dissertação *Os homens que faziam o tupinambá moer: Experiência e Trabalho em Engenhos de Rapadura no Cariri (1945-1980)* da autora Maria Yacê Carleial Feijó de Sá com orientação de Eurípedes Antônio Funes do ano 2007 apresenta um estudo sobre um dos mais importantes engenhos do Cariri Cearense. Uma história de seus trabalhadores, de suas experiências na arte de fazer rapadura, de suas práticas de sociabilidade e estratégias nos embates com os patrões. Vivências permeadas por transformações socioeconômicas marcadas pela chegada da energia elétrica, e pela implantação de uma usina de açúcar.

Por volta de 1850, surge o Tupinambá, Barbalha é a sede administrativa de um município em que a pequenas e médias propriedades perfaziam a maior parte da estrutura fundiária de terras produtivas. Num padrão que é comum em zonas onde antigas fazendas sofreram partilhas sucessivas, a maioria dos sítios eram terrenos estreitos e, apesar de terem longa extensão, a área de brejo, mais valorizada, era limitada (SÁ, 2007, p. 47).

A respectiva dissertação é dividida em três capítulos. A autora apresenta como se deram as primeiras interações entre o homem colonizador e a terra no Cariri: as doações das sesmarias, os processos migratórios, a ocupação do espaço e o restabelecimento de freguesias e povoados, além de analisar os aspectos físicos do sítio e engenho referência. Irão aparecer os sujeitos da história da dissertação como

atores sociais protagonistas. Ainda apresenta as várias categorias de trabalhadores que conviviam em propriedades rurais como o Tupinambá, tanto na safra, quanto na entressafra, além de analisar as interações entre este mundo do trabalho e outros componentes da vida comunitária.

Na solidariedade ou no desentendimento, as interações entre o mundo do trabalho e outros componentes da vida comunitária eram intensas e constantes. Nas narrativas dos operários contratados, percebe-se, ao lado da riqueza de particularidades de suas histórias, origens, trajetórias, os interesses em comum, um certo padrão de conduta, a formação partilhada de estratégias de sobrevivência instigada por aflições e carências paralelas. Pode-se vislumbrar também um compartilhar de crenças e expectativas de futuro, que delineiam de forma muito clara, através e práticas culturais, este grupo social (SÁ, 2007, p. 2004).

Ainda foi apresentada a conjunção dos processos históricos, além de discutir como a crise da rapadura afetou fortemente empreendimentos de médio porte, como o Tupinambá e seus empregados. Por fim, em um breve quadro sobre a atualidade foi mostrado como o engenho Tupinambá abandonado se tornou um lugar de memórias.

A dissertação *“Engenhos de rapadura do Cariri: Trabalho e Cotidiano (1790-1850)”* do autor Antônio José de Oliveira com orientação de Frederico de Castro Neves do ano 2003 é dividida em três capítulos e analisa atividades dos engenhos de rapadura na região do Cariri, sul do Ceará, compreendendo o período de 1790 a 1850, evidenciando a constituição e dimensões de trabalho e do cotidiano, além de apresentar as particularidades da atividade canavieira na localidade: o papel das migrações, os primeiros povoados, os tipos de engenhos construídos, as várias categorias de trabalhadores e a importância dos escravos.

Foram trabalhados pontos relevantes sobre correntes migratórias, povoamento, sociedade e economia do Cariri Cearense no século XIX.

No Cariri, a partir da segunda metade do referido século, já se percebe um certo progresso populacional, consequência das tentativas de povoamento e das correntes migratórias que para a região se dirigiam: o aumento da densidade demográfica fez-se notar nos primeiros recenseamentos na capitania, entre 1775 e 1808, principalmente em Icó, Crato, Viçosa, Sobral e Russas. (OLIVEIRA, 2003, p. 28)

A respectiva dissertação evidencia alguns pontos desse cotidiano, além de apresentar discussões que vislumbram uma realidade cheia de turbulências e

conflitos. As profissões exercidas, seu grau de importância, as ambições em busca de melhores colocações no ambiente de trabalho e o resultado da produção também foram analisados no referido capítulo. Aborda ainda as formas e mecanismos que originam a riqueza, os poderes e a dominação de uma pequena parcela da sociedade sobre uma maioria. Concentrada em sua maior parte na zona rural, a população desprovida de bens tais como a terra, foi quase toda ela subjugada aos senhores de engenho.

Para finalizar a análise das dissertações sobre o Cariri Cearense elencadas do programa de pós-graduação em História Social da UFC e iniciar o estudo sobre as teses selecionadas do mesmo programa, discorre-se adiante sobre a dissertação *Memórias Descarrilhadas: O Trem na cidade do Crato* da autora Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez Reis do ano de 2008 com orientação de Kênia Sousa Rios. A respectiva dissertação é dividida em quatro capítulos e interpreta a construção de narrativas a partir de lembranças do trem na cidade do Crato.

Inicialmente interpreta as lembranças acerca da cidade do Crato nas narrativas dos entrevistados. O segundo capítulo intitulado *Idas e vindas, partidas e chegadas: Lembranças de viagens* construído em torno das memórias sobre os deslocamentos do trem.

Se antes as fugas de namorados ocorriam em lombos de animais à noite, com a locomotiva essas práticas foram redimensionadas. O trem não atravessava, por isso, Dona Julieta e Seu João tiveram que planejar todos os detalhes para a fuga de acordo com os horários da Estação do Crato. Nisto os dois tiveram que se adaptar às novas disposições da época, procurar um transporte mais rápido que garantisse o sucesso do planejamento. A evasão seria durante o dia, com horário predeterminado, às 11 horas, e um casal de amigos faria os dois se encontrar na Gare da RVC. Mas o trem também teve que se adequar ao convívio com os homens, neste caso, ele precisou atrasar sua partida em cinco minutos (REIS, 2008, p. 85).

São considerados ainda alguns temores de intelectuais no final do século XIX e início do século XX em relação a penetração do transporte férreo no interior brasileiro, sobretudo o receio de que fosse prejudicado o Brasil puro que pressupunham existir resguardado no interior. No último capítulo, *RVC: Rapariga Velha Cansada*, tenta-se compreender as relações constituídas no Cariri Cearense com a tecnologia e a “modernidade”.

A tese *Padres, Coronéis e ativistas sociais: O Cariri à época da usurpação militarista 1964-1985* do autor Fábio José Cavalcanti de Queiroz do ano de 2010 com

orientação de Maria Auxiliadora de Abreu Lima Lemenhe apresenta um estudo sobre o Cariri no período em que o Brasil esteve submetido a uma ditadura militar. A respectiva tese pretendeu recuperar o cenário econômico, social e político da região durante os 21 anos de ditadura delimitando três cidades do Cariri Cearense: Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha.

A respectiva tese inicia analisando os traços essenciais da economia caririense, especialmente de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha no período da Ditadura Militar.

Há também de se recordar que a Aliança para o Progresso adotou uma postura assistencialista – “alimentos para paz” – como mecanismos de combate à expansão e reforço das Ligas Camponesas. A regra era: combater as forças populares e reforçar o poder oligárquico, trazendo-o para a aliança com a burguesia do centro-sul, já devidamente integrada às multinacionais. Criavam-se as condições para a articulação de um conjunto de forças que atuaria coordenadamente em 1964. Isso era central para os “aliancistas” e não, por exemplo, um projeto sólido com vistas a promover o desenvolvimento industrial do Cariri Cearense. (QUEIROZ, 2010, p. 51).

O segundo capítulo *Padre, Coronéis e as Instituições Locais nos anos de Chumbo*, volta-se para os estudos sobre a igreja católica, os chefes políticos e a ditadura militar, analisando a ação da corporação religiosa no período e os laços que se constituíram entre os coronéis e o campo político local com o regime militar.

No dia 19 de março de 1964, ocorreu a “Marcha da família com Deus pela liberdade”, na cidade de São Paulo. Nesse evento, os clérigos católicos cumpriram um papel de inigualável magnitude. Utilizaram a sua capacidade de mover céu e terra e colocaram centenas de milhares de pessoas nas ruas. O apoio político do governo paulista e o dinheiro do empresariado completaram a obra que serviu de pretexto legitimador para ação golpista, quinze dias mais à frente. Nos dias que procederam as operações militares, e mesmo depois, o mesmo ato será repetido pelos quatro cantos do país, e novamente serão os pastores de Cristo que estarão na dianteira das multidões arrastadas. Em Juazeiro do Norte, quatro grandes manifestações foram organizadas e Murilo de Sá Barreto, no limite, utilizou a força moral da igreja para trazer um exército de marchadeiras às ruas da maior cidade caririense. (QUEIROZ, 2010, p. 122).

O autor abordou ainda os principais sujeitos da resistência: personagens, movimentos, correntes políticas, etc, que tiveram a sua origem, ou seja, a sua base social nas camadas médias urbanas assalariadas. Trata-se de uma análise da resistência ao poder ditatorial em terras caririenses.

A tese *Católicos no Cariri: embates em torno da formação cristã (1860-1965)* da autora Paula Cristiane de Lyra Santos do ano de 2010 com orientação de Rui Martinho Rodrigues, apresenta o processo, através do qual o campo educacional católico foi se constituindo na região do Cariri, além de analisar o papel de diversos atores sociais que participaram da constituição deste campo.

A autora inicia abordando as primeiras experiências institucionais e os embates em torno de suas constituições, assim como trata a respeito dos principais líderes do catolicismo dissidente e sobre o Padre Cícero e a função social do Clero.

Apesar de que o conflito entre o Padre Cícero, seus devotos e o Bispo do Ceará tenha sido inicialmente causado pela existência de práticas religiosas católicas não ortodoxas, na povoação de Juazeiro, e que este conflito tenha se agravado, pela relutância do referido padre em negar e reprimir estas práticas do chamado catolicismo popular, que estavam no Ceará em processo de enquadramento, pelas ações adotadas pelos dois primeiros bispos, este problema deu-se em um contexto do final do século XIX, tanto do ponto de vista estadual quanto local. Mudanças advindas da emancipação do povoamento de Juazeiro, que vira cidade no ano de 1911, do crescimento populacional e de sua urbanização, e por outro lado, da articulação de parte de representantes do poder local em nível nacional, através de articulação de interesses políticos, levam a que na década de vinte, século XX, a postura em relação a essas práticas não ortodoxas seja outra. (SANTOS, 2010, p. 176).

No segundo capítulo *Para além de mulheres católicas e devotas*, são retratadas as mulheres sertanejas e sua relação com o trabalho e sua relação com a religiosidade. Além de analisar a vida em comunidade no subitem *A rua como espaço de sociabilidade (formação)* e os conflitos, negociações submissões a que essas respectivas mulheres eram submetidas na vida privada.

O acerto do casamento, dentro da classe mais abastada da sociedade local, era uma forma de estabelecer um compromisso familiar que envolvia, entre outros interesses políticos e econômicos. Para que este intento fosse alcançado, era possível que algumas famílias criassesem espaços de sociabilidade, onde moças e rapazes pudessem estabelecer interesse mútuo. O casamento, porém, só seria realizado, a partir de respeito a determinadas regras. (SANTOS, 2010, p. 238).

A respectiva tese ainda aborda a história e funcionamento das principais instituições católicas da região do Cariri como a Congregação das Filhas de Santa Tereza de Jesus e sua obra, o Colégio Santo Antônio, a Escola Nossa Senhora de Fátima e a ação empreendedora do Centro de Melhoramentos de Barbalha (CMB) e as casas da caridade e o projeto educacional de Ibiapina.

A tese *Senhores e Trabalhadores no Cariri Cearense: terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XIX*, do autor Darlan de Oliveira Reis Junior do ano de 2014 com orientação de Frederico de Castro Neves vai tratar das relações entre senhores e trabalhadores que viveram na região do Cariri na segunda metade do século XIX, além de analisar as questões que envolvem o mundo do trabalho: as práticas de controle estabelecidos pelos senhores, as contradições resultantes da desigualdade social, os conflitos e formas de resistência dos trabalhadores.

A respectiva tese possui quatro capítulos e inicia abordando como foi elaborada a ideia de que a região do Cariri cearense era um espaço diferente, beneficiado pela natureza, além de discutir como a região foi sendo vivida e pensada, resultando em uma construção histórica.

A representação de um território como espaço privilegiado no interior do Ceará, devido ao solo fértil e à presença de fontes de água em contraposição a aridez do entorno, foi um importante instrumento político, utilizado pelas classes senhoriais, na consolidação de seu domínio sobre o território. O Cariri, assim denominado, passou a ter uma exigência histórica, de região vivida e representada (REIS JUNIOR, 2014, p. 26).

O autor analisou ainda a relação entre os elementos geográficos e históricos da região, discutindo a importância da Chapada do Araripe, além de discorrer sobre o chamado crescimento econômico do Cariri na segunda metade do século XIX, apresentando o significado de crescimento econômico regional no período para os trabalhadores e para os senhores. Discutiu a questão da disciplinarização e do controle social sobre a população, através do trabalho, da legislação e do uso do aparato estatal, além de analisar as diferentes formas de trabalho: o escravo, outras formas de trabalho compulsório sobre os homens livres, o recrutamento militar e as justificativas para criação de leis que obrigassem ao trabalho, os pobres livres.

A justificativa para impor o trabalho foi variada. O combate à ociosidade dos pobres, a prevenção da violência, a diminuição da criminalidade, as necessidades da lavoura, a diminuição da mão de obra escrava, a realização de obras públicas, a urgência em diminuir os problemas causados pelas secas e demais calamidades, entre outras. (REIS JUNIOR, 2014, p. 173).

Por fim, o autor abordou as tensões, ações e temores da classe senhorial e também dos trabalhadores que resultaram em diferentes tipos de conflitos no Cariri, além de analisar o discurso que associava a criminalidade a pobreza. A questão das formas de resistência também foi discutida no respectivo capítulo, tanto a resistência

passiva quanto as lutas e confrontos abertos, fugas de escravos, disputas na justiça por iniciativa dos trabalhadores.

A tese *As muitas artes do Cariri: relações entre turismo e patrimônio cultural no século XXI*, do autor José Italo Bezerra Viana do ano de 2017 com orientação de Antônio Gilberto Ramos Nogueira, está dividida em quatro capítulos e aborda as relações entre turismo e patrimônio cultural na configuração de discursos sobre o tempo e as representações acerca de uma identidade cultural no Cariri, além de analisar os usos turísticos do patrimônio cultural com vistas ao desenvolvimento sociocultural e econômico da região do Cariri no início do século XXI.

A respectiva tese inicia-se com um inventário das condições históricas de emergência dos discursos e práticas em favor de um objeto: o turismo. Além de abordar a produção de discursos e práticas atribuidoras de sentidos e significados às ideias de cultura, tradição e região que serviram de apoio para elaboração de uma identidade local, apontando como determinados bens simbólicos foram inventados como tradição cultural para o consumo turístico.

Balizados pela ideia de um presente problemático, mas um futuro promissor, os entusiastas do turismo no Cariri (historiadores, jornalistas, religiosos, políticos) transformaram determinados bens simbólicos em expressão do patrimônio cultural e a eles incorporaram uma série de políticas de preservação, discursos, representações e práticas que acabaram por inventá-lo como tradição pronta para o consumo turístico. Enquanto produto com valor de consumo, o patrimônio cultural do Cariri foi apresentado com características supostamente contrárias ao caráter estandardizado recorrente no segmento turístico. Alegava-se que o diferencial do turismo naquela região era a oferta de cultura e tradição, símbolos que ao mesmo tempo em que remetiam ao passado e à conservação também ansiavam pelo futuro e pela mudança. (VIANA, 2017, p. 30).

Posteriormente o autor tratou sobre o agenciamento de discursos na propaganda de apresentação e representação turística das cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha.

Tida e havida como capital da cultura, a cidade do Crato é dona de uma lisonjeira referência identitária, que, sem modéstia, pensa sua singularidade como um absoluto tomando uma parte (Crato) para expressar o todo (Cariri). Exacerbada pela historiografia e pela mídia, as imagens diversificadas atribuídas a essa cidade (cultural, religiosa, universitária, histórica) servem de pretexto para falar de riquezas passadas, dão ânimo para mobilizar energias e recursos para o planejamento do futuro e alimentam o interesse em torná-la predisposta ao turismo (VIANA, 2017, p. 87).

O terceiro capítulo intitulado *Intervenções turísticas e políticas patrimoniais*, examinou determinadas estratégias institucionais que se comprometeram com o turismo a partir da lógica de promoção e valorização da cultura regional do Cariri, tendo em vista o desenvolvimento econômico e social da respectiva região.

Desde o início deste século, um dos agentes de turismo que mais se mostraram empenhados na estruturação e fornecimento de serviços adequados aos anseios de consolidação do Cariri como um destino turístico notável foi o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas-SEBRAE. Algumas das ações mais significativas no campo da organização desse setor foram planejadas e levadas adiante pelo escritório regional da referida instituição, implicada em vários graus na promoção dos negócios turísticos da região do Cariri com foco na qualidade dos serviços (VIANA, 2017, p. 122).

Para finalizar a tese, Italo Viana tratou sobre as tensões e interações entre as atividades turísticas e os anseios patrimonializadores nas cidades de Juazeiro do Norte e Barbalha, abordando as dificuldades da Igreja Católica em tratar as romarias como evento turístico e a patrimonialização da Festa do Pau da bandeira de Santo Antônio de Barbalha.

A tese *O Cabra do Cariri Cearense: A invenção de um conceito oitocentista*, da autora Ana Sara Ribeiro Parente Cortez Irffi com orientação de Franck Pierre Gilbert Ribard do ano de 2015, analisa em cinco capítulos como foi criada no século XIX, uma identificação negativa para uma categoria social, os trabalhadores de cor do Cariri Cearense, tanto livres, libertos e escravos. A transformação da palavra *Cabra* em conceito se dá concomitantemente ao projeto de consolidação de uma identidade nacional, cabendo, àqueles que não se encontravam de acordo com os parâmetros jurídicos e financeiros instituídos, uma definição do não-cidadão: o cabra.

A autora iniciou discutindo a organização da sociedade do sul do Ceará analisando as discussões que estipularam uma definição de cidadão brasileiro, além de analisar como a condição financeira da população, em última instância definia a cor e o lugar que o indivíduo deveria ocupar na sociedade.

Todavia, para região sul do Ceará uma categoria passou a ser utilizada com bastante frequência para designar não apenas escravos, mas também livros e libertos. A palavra *cabra* passou a ser definidora de grupos sociais menos abrangentes, muito embora sua delimitação fosse fluida o bastante para permitir variadas utilizações do termo. Nesse sentido, ao pardo, que decepcionou a sociedade, como visto no anúncio, foi outorgado o epíteto de *cabra*, tirando sua autoridade, enquanto militar, e aproximando-o dos homens sem moral pública (IRFFI, 2015, p. 84).

No segundo capítulo “*Um séquito de cabras armados*”: a guerra do Pinto e a construção histórica do Cabra, foram destacadas as ações de um movimento político ocorrido entre as vilas de Crato e Jardim, entre 1831 e 1832: A Revolta do Pinto Madeira. Apresenta ainda as condições sociais para a construção negativa do cabra, além de discutir a institucionalização do conceito.

No ano de 1831, a Vila do Crato, sede da Comarca do Cariri Cearense, foi invadida por homens que, segundo relatos, carregavam ‘cacetes e facas’ e infundiam terror a população da vila. Ainda conforme as notícias, eram os ‘homens de Jardim’, inconformados com a abdicação de D. Pedro I, pois acreditavam que o monarca teria sido obrigado a deixar o cargo e voltar para Portugal. Sobre comando desses homens estavam Joaquim Pinto Madeira e o Padre Manoel Antônio de Sousa. Essa revolta, que durou até meados de outubro de 1832, ficou conhecida como Guerra Civil ou Revolta do Pinto Madeira e seu ‘exército’, como *cabras*. (IRFFI, 2015, p. 104).

A referida tese seguiu analisando a ampliação do conceito cabra, após sua institucionalização no período de guerra civil no Cariri Cearense, que passou a dar nome especificamente a população pobre dessa região, os camponeses, além de tratar das relações de trabalho e moradia que foram alteradas, a medida que os proprietários de roças e sítios foram expropriados de suas terras e obrigados a se sujeitar as famílias mais abastadas da região. Assim como também foi analisado a formação de exércitos particulares dos senhores de terra, os chamados capangas, e de bandos armados independentes.

A relação de sujeição aos senhores, contudo, apresentou outros desdobramentos. Além do trabalho na terra, na lida com o gado e no serviço doméstico, esse último feito em maior parte pelas mulheres, o senhor utilizava seus homens também para a sua proteção pessoal e a da sua propriedade. Foram, nesse sentido, instituídos serviços de ‘capanga’ aos *cabras*. Eram os homens do ‘coronel’. Curiosamente, esse tipo de atitude foi tolerada pela sociedade, que apenas percebia uma incongruência em tal costume quando se tratava de um senhor rival que participasse do partido político opositor. (IRFFI, 2015, p. 161).

Por fim, a autora abordou as relações que possibilitaram utilizar a identificação cabra para os trabalhadores do Cariri Cearense, quaisquer fossem livres, libertos ou escravizados. O quinto e último capítulo *Novos Olhares: os discursos sobre o passado através da figura do cabra*, analisou a mudança de significados atribuídos a categoria cabra no final do século XIX e início do século XX.

A tese a seguir, *Religiões tradicionais de base africana no Cariri Cearense: educação, filosofia e movimento social*, do autor Reginaldo Ferreira Domingos do ano de 2015 com orientação de Henrique Antunes Cunha Jr., fez uma discussão em cinco capítulos acerca da presença do negro nas cidades de Crato e Juazeiro do Norte e suas práticas religiosas tradicionais. Também destacou como a presença negra tem se apresentado na região e como seus espaços religiosos tem se manifestado e apresentado, no processo histórico, com suas configurações simbólicas nas relações sociais.

O autor inicia apresentando considerações acerca da negação do direito a educação a população negra, e, consequentemente, a falta de politização gerada pelo não acesso ao processo de escolarização, determinando a não informação e amputação dos direitos garantidos em lei a população africana e afro-brasileira.

Outra forma de evitar e dificultar a consciência política e cidadã dos afrodescendentes foi negar o acesso à educação formal. A educação que podemos entender como sendo um dos frutos para uma ação libertadora, durante muitos anos foi-lhes negado e quando, das poucas vezes, essa forma de educação foi permitida ficava à mercê do desejo, da vontade e do interesse de missionários e do grupo dominante. Podemos constatar tal afirmativa ao observar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004), quando trata desse ingresso, o qual foi sempre negado a população negra e quanto permitida sempre se criava empecilhos para dificultar o acesso (DOMINGOS, 2015, p. 56).

Foi apresentado no capítulo dois, uma contextualização explicando que a presença negra no Brasil só é possível em função de uma estrutura econômica, social e política anterior ao século XV e anterior a presença dos portugueses na África. Ou seja, o contato Brasil-África se faz em razão do envolvimento desta última no comércio e as várias possibilidades de comercialização, porque o continente africano possui vários bens comerciais que despertaram o interesse dos não africanos.

Em suma, o capítulo dois pensou a África antes do contato entre africanos e portugueses e a sua presença no Brasil.

Trazer à tona aos olhares dos leitores informações acerca da África é de ampla importância para a compreensão do contexto histórico e cultural, e das contribuições destes para a história do Brasil. Assim, é por essa perspectiva que traçaremos algumas considerações neste capítulo. Pois, entende-se que as possibilidades de relação África e Brasil se fazem anteriormente ao contato inicial entre essas duas nações, no século XV. Com a ótica de historiador, e com base em pesquisas sobre a África, devemos levar em consideração que o contato entre o continente africano e o Brasil só foi possível em função de

um processo histórico, social e econômico que ocorria muito antes do século XV. (DOMINGOS, 2015, p. 65).

O autor ainda desenvolveu uma contextualização histórica destacando que os negros e negras não foram apenas sujeitos escravizados e escravizadas, saindo assim do que é convencional se contar na História do Brasil e do Nordeste brasileiro. Recorta-se ainda neste capítulo, discussões sobre Crato e Juazeiro do Norte, construindo a partir de uma perspectiva histórica a formação das cidades, sua ocupação, analisando as contribuições da população negra na composição destas cidades desde o processo de colonização e suas contribuições posteriores ao processo de povoamento.

Percebe-se que o espaço da feira também é determinante na estruturação da cidade, revela presença negra na cidade e no campo, demonstra a organização da sociedade, permite a compreensão do cotidiano e reflete o modelo estabelecido nas relações sociais, econômicas e culturais. O olhar mais acurado sobre a feira nos leva a entender o contexto dinâmico da população e sua representação, quem são os sujeitos que a compõem e de onde vêm, qual interesse, além do comercial e econômico, e quais as relações simbólicas e sociais dadas no seu locus. Pelo produto vendido na feira e pelo cruzamento de arquivos, estudos e pesquisas, podemos afirmar que na feira também tinha negros/as que faziam parte da estrutura social, cultural e econômica da cidade, isto, o/a negro/a estavam presentes no processo estrutural da cidade do Crato nas mais variadas conjunturas e nos mais diversos setores (DOMINGOS, 2015, p. 157).

Aborda também o aforismo entre História e as Memórias Históricas e com uso das memórias do povo praticante das religiões de base africana para entender o contexto a partir da primeira metade do século XX, perpassando as décadas posteriores até os dias atuais. Recorreu-se a algumas autoridades religiosas de Crato e Juazeiro do Norte para através das memórias compreender a visão de mundo sobre as práticas religiosas tradicionais de base africana.

É possível localizar na região vários vestígios, dessa presença negra e também, entre as quais as manifestações religiosas e culturais africanas e afro-brasileiras. Cogitamos, portanto, que essas práticas em Juazeiro do Norte e na cidade de Crato tenham vindo em meio à mesma bagagem. Pois, se constata que a religião pode ser entendida como lugar de refúgio, de segurança e de reprodução do mundo africano, a prática religiosa refaz a África e rememora o mundo deixando no além-mar (DOMINGOS, 2015, p. 170).

O quinto e último capítulo *Religiosidade afrodescendente: da prática e transformação social a uma filosofia existencial*, apresentou considerações fazendo uma discussão entre a filosofia e a religião tradicional de base africana.

A próxima tese a ser analisada foi intitulada da seguinte forma: *Uma história de instituições escolares e formação de professoras no Cariri (1923-1960): O Colégio Santa Teresa de Jesus e a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte em perspectiva histórico-comparada*, da autora Tania Maria Rodrigues Lopes de 2015 com orientação de Maria Juraci Maia Cavalcante, apresenta um estudo que tem por finalidade compreender os princípios políticos e as concepções pedagógicas que nortearam a formação da professora para a instrução primária pública, no período entre 1923 a 1960, na região do Cariri Cearense, por meio de duas instituições escolares na referida região: o Colégio Santa Tereza de Jesus (CSTJ), localizado na cidade do Crato e a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte (ENRJN).

A autora iniciou discutindo as primeiras experiências desenvolvidas no Brasil, as iniciativas de reformas na educação, a experiência cearense e os impactos respectivos sobre a formação de professores no Cariri. Apresentou a trajetória das escolas, a partir das experiências formativas das diretoras. Saberes e práticas que teriam fundamentado o trabalho desenvolvido no CSTJ e na ENRJN, respectivamente, que mesclavam elementos da pedagógica católica e laica.

O relato indica ser Dona Amália absolutamente a frente do seu tempo, apoiada pela família e incentivada pelo Padre Cícero e por outras lideranças da cidade. Que ela teria se incorporado ao grupo, o qual, após exaustivas e calorosas discussões, finalmente criaram, em dezembro de 1933, somando cotas que constituíram o capital de C\$ 30.000,00 (trinta mil contos de Réis), o Instituto Educacional de Juazeiro, como Entidade Mantenedora, base para a criação da ENRJN. A professora teria sido influenciada por Moreira de Sousa, Diretor da Instituição Pública Cearense, naquele período. (LOPES, 2015, p. 71).

Dando continuidade a autora abordou a história das instituições, no ambiente de tensões e disputas que marcaram as trajetórias iniciais das duas maiores cidades da região, uma caracterizada como “berço da cultura”, a outra como “terra de fé, oração e trabalho”.

A diocese teve por meio da ação do seu primeiro bispo, Dom Quintino, a oportunidade de disseminar um diário de desenvolvimento centrado na educação formal e intelectual, o bispo se empenhou na criação de escolas e outras instituições como imprensa, cinemas, teatro, bibliotecas, entidades filantrópicas, associações religiosas, ações estas que foram ampliada por

outros bispos. Numa trajetória posterior de investimentos pela Diocese, a cidade chegou a instituir academias literárias, museu e, posteriormente, a faculdade de Filosofia (LOPES, 2015, p. 91)

Posteriormente foi reconstituída a trajetória de investigação, baseada em pesquisa de natureza qualitativa, apoiada em estudo bibliográfico documental, como se constituíram as instituições escolares do Cariri Cearense, tomando por base os testemunhos orais de ex-alunas. Finalizou apresentando e discutindo os dados achados na pesquisa, reconstituindo assim o contexto histórico e social, no qual essas práticas ocorreram, por meio de análise das narrativas das professoras.

A tese *O espetáculo das tradições: um estudo sobre as práticas de culturas no Cariri Cearense*, da autora Lúcia Helena de Brito do ano 2007 com orientação de Maria Sulamita de Almeida Vieira, analisa a trajetória dos folguedos populares no Cariri Cearense, entre 1950 a 2000, tendo como lócus da pesquisa o município do Crato, região conhecida como celeiro de tradições de culturas populares, também denominadas de folclore. No contexto da modernização da região na segunda metade do século XX, as práticas de folguedos, passam por mudanças no seu modo de objetivar-se e na sociabilidade no meio rural. Assim, a pesquisa tratou dessa trajetória de mudanças no modo de objetivação das práticas de folguedos.

A respectiva tese começa com uma discussão sobre as culturas populares e suas faces, além de abordar a tradição como mediação da sociabilidade e o debate sobre as práticas culturais da tradição, entendidas como folclore. Em seguida trabalha com as narrativas dos mestres de cultura popular entrevistados, as suas experiências como brincantes dos folguedos populares e a sociabilidade gestada a partir das relações estabelecidas por meio das expressões culturais por eles protagonizadas.

Foi dessa maneira, sem precisar datas, que mestre Antônio Aniceto afirmou as transformações no modo de estarem os folguedos presentes nas comemorações do Natal e do dia de Reis: somente aquele cortejo desfilando nas ruas, sem mais haver aquela alegria quando antes passavam os zabumbas pedindo a esmola do santo de casa em casa, e o reisado acompanhando e cantando a pedir licença ao dono da casa em nome do Menino Jesus, dos Reis e santos para entrar e nunca sair de mãos vazias (BRITO, 2007, p. 70).

Foi evidenciado ainda as mediações que foram determinantes no processo de valorização da cultura popular no âmbito do espaço urbano do Cariri Cearense, destacando o contexto histórico de mudanças nas relações de trabalho e na

sociabilidade rural e a inserção dos mestres e brincadeiras na cidade, e as condições em que os folguedos iniciam um processo de valorização e visibilidade, como folclore regional.

A cidade que já lhes fora hostil agora abre as portas para receber-los. Nesse contexto, os aplausos às apresentações dos folguedos nos palcos dos festivais e eventos variados simbolizam aceitação do “outro” e também demonstram o gosto pelas brincadeiras. Para os brincantes, seus folguedos continuam sendo brincadeiras e o seu sentido passa a incorporar, a partir de então, o nome dado pelo “outro” às brincadeiras de folguedos – o folclore. O importante é que, uma vez batizados, a inserção de brincadeiras na cidade passa a ser plausível. Assim, consideramos a participação dos folguedos do Cariri no V Congresso Nacional de Folclore um marco na trajetória dos folguedos do Crato. Nesse momento o palco já se configura como o lugar de possibilidade para objetivação dos folguedos vindos do meio rural. No processo de inserção na cidade, ao se configurar o nome espaço – o palco, concomitantemente o caráter das brincadeiras ganhará nova dimensão: a da “parte folclórica”, como bem afirmaram os mestres Aldenir Aguiar e Raimundo Aniceto. A “parte folclórica” passa a ser uma representação da brincadeira numa ambiência que não é a mesma da sociabilidade festiva da comunidade. Há diferenças (BRITO, 2007, p. 134).

Por fim, discutiu o processo de transmissão da tradição no contexto das transformações referidas em capítulos anteriores, apresentando como se efetua a transmissão das tradições de cultura popular, bem como a configuração de sua dimensão espetacular.

2.1.2 Dinter entre a Universidade Regional do Cariri e a Universidade Federal Fluminense

Outro programa que terá pesquisas analisadas é o programa de pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), que realizou um convênio com a Universidade Regional do Cariri, URCA, abrindo inscrições para o doutorado (Dinter UFF/URCA) em 2015 para qualificação de professores.

Desse respectivo programa foram analisadas cinco teses que trataram do Cariri Cearense. Percebe-se que muitas pesquisas sobre a região destacada são oriundas de professores da Universidade Regional do Cariri.

A primeira tese a ser analisada é *Padre Cícero: anjo ou demônio? Teias de notícias e ressignificações do acontecimento Padre Cícero (1870-1915)* da autora Maria de Fátima Moraes Pinho, do ano 2019, com orientação de Ana Maria Mauad e

coorientação de Sônia Maria de Menezes Silva. Inicialmente a autora analisou as atividades religiosas do clérigo a partir das notícias que circularam na imprensa desde sua ordenação até a emissão do decreto da Santa Sé condenando os fatos extraordinários do Juazeiro, em 1894.

A notícia em epígrafe não foi a primeira a alardear que num povoado do Crato, no Ceará, sucediam fenômenos sobrenaturais, porém nos dá a noção de como o assunto ganhou repercussão e projeção na imprensa de todo o Brasil e além dele. Condenados pela Santa Sé e considerados como “prodígios vãos e supersticiosos”, impõe-se a todos que acreditavam em sua veracidade em “silêncio dosequioso”. Antes, no entanto, do veredito final exarado em 1897 abundaram na imprensa artigos, cartas, testemunhos, decretos, memoriais, etc. que tinham como tema “os fatos sobrenaturais do Juazeiro.” (PINHO, 2019, P. 73).

Adiante discutiu as narrativas acerca do fenômeno do Juazeiro após sua condenação por parte da Santa Sé em 1894. Analisou ainda a instauração da guerra narrativa a respeito dos fatos e do Padre Cícero dentro de uma perspectiva maniqueísta, assim como os primeiros relatos acusatórios sobre o sacerdote. Posteriormente a autora se dedicou a destacar as narrativas em torno do embate político situado entre os anos de 1900 e 1914, período em que o sacerdote ingressou paulatinamente na política partidária assumindo os cargos de Intendente do Juazeiro e 3º vice-presidente do Ceará. Por fim, representações e ressignificações do Padre Cícero foram analisados nas manifestações artísticas.

É importante frisar que em termos de religiosidade no Cariri Cearense, o Padre Cícero se destaca, além do crescimento dos setores econômicos e turísticos que possuem relação direta com a sua figura.

A tese a seguir é *Romarias e liberdades – Juazeiro do Norte e o pós-abolição (1860-1914)* da autora Daniela Márcia Medina Pereira Agapito do ano de 2020 com orientação de Georgina Silva dos Santos. A respectiva tese relaciona a gênese das romarias a Juazeiro do Norte e o pós-abolição. Discute o catolicismo popular diante dos desafios para uma digna sobrevivência no sertão do século XIX tomando por referência as missões do Padre Ibiapina e a instalação de casa de caridade. Retoma o processo de abolição cearense, discutindo suas vicissitudes e contradições.

Inicialmente a autora analisou a religião católica no Ceará nas últimas décadas do século XIX. Apresentou os aspectos da criação e organização da Diocese do Ceará, a fundação do Seminário Episcopal e do Colégio da Imaculada Conceição.

Discutiu ainda a relação entre os setores da Igreja e o movimento abolicionista, tratando as especificidades da abolição no Ceará, problematizando seus desdobramentos e usos, buscando ainda tratar das articulações e resultados da abolição no Ceará.

No interior da província, mais precisamente no Crato, o movimento capitaneado pela Libertadora Cratense atuou a partir de 11 de março de 1883. Em 24 de junho do mesmo ano, na câmara municipal da cidade, um ato dessa associação abolicionista sob presidência do digno e virtuoso pré-pároco Padre Francisco Rodrigues Monteiro, recebeu grande público. Na ocasião foram lidas diversas cartas de liberdade, chegando a cem o número total de alforrias. Em seguida, foi assinada pelos membros da Libertadora Cratense presentes à cerimônia uma carta circular dirigida aos proprietários de escravos do município e mais pessoas gradas. (AGPTO, 2020, P. 94).

A autora buscou ainda reconstituir a cidade de Juazeiro das primeiras décadas após o milagre e após a abolição. Analisou a presença dos negros e negras na cidade, sua procedência, circulação e demonstra como acolhimento oferecido pelo Padre Cícero, transformou-se com o passar dos anos em uma referência para os libertos de Alagoas, Pernambuco e outras localidades do sertão do Ceará.

Egressos de Alagoas, os forasteiros de Juazeiro eram criolos e pardos que iam ter à cidade atraídos pelas práticas assistenciais do Padre Cícero. De certo eram da primeira ou segunda geração de libertos em busca de pouso seguro após o rompimento dos laços impostos pela escravidão. Orientados pela fama caridosa do Padre Cícero, os migrantes de Alagoas abriram uma rota para alcançar seu acolhimento que, foi seguida por outros. (AGPTO, 2020, P. 162).

Por fim, trata do grupo de narrativas fundantes acerca da história do milagre e da história da cidade de Juazeiro do Norte e que expressam uma interpretação racista da sociedade.

A tese *Festa de Santo Antônio de Barbalha: usos do passado no século XXI* de Simone Pereira da Silva do ano 2021, com orientação de Rodrigo Bentes Monteiro, tentou compreender os usos do passado e suas implicações na ressignificação da Festa de Santo Antônio do município de Barbalha, localizada no Cariri, sul do Ceará no século XXI.

A autora iniciou discutindo a festa na atualidade, de forma a tentar construir um panorama amplo da complexidade e da diversidade de elementos que a compõem. Foi narrado o passo a passo da preparação de todo o festejo, bem como o desenvolvimento da festa do corte do pau da bandeira.

Logo após o corte e desgalhe, amarra-se uma corda na parte mais grossa do tronco non intuito de retirá-lo da mata. Se a extração da arvore se der no Sítio Flores, íngreme e de difícil acesso, costuma-se utilizar o “trifor”, uma engenhoca de ferro com um cabo de aço para ser utilizado no momento de carregar o mastro até o trator, terminando por efetuar o arraste. Se suceder no São Joaquim, tal como em 2018, os homens o retiram manualmente com o auxílio da corda e de troncos intercalados sob o mastro, de forma a facilitar o deslize até a “cama do pau”, lugar escolhido na estrada onde ficará descansando e perdendo a seiva, até o dia em que os carregadores irão busca-lo para ser carregados e hasteado em frente à matriz, incentivados por gritos, palmas e estampidos de fogos de artifício. (SILVA, 2021, P. 23)

Em seguida a autora analisou as questões turísticas e as políticas patrimoniais voltadas para a salvaguarda da festa, apresentando assim informações sobre as ações institucionais que visam o registro da festa na categoria de patrimônio imaterial e as medidas para sua salvaguarda. Analisou ainda as tessituras das biografias e genealogias de algumas famílias barbalhenses que mantiveram vínculos com a organização do festejo, e consequentemente, as atribuições de significados e valores que os mesmos empreenderam para si e seu grupo.

Apesar da estimada participação das camadas populares, há décadas contribuindo para dar-lhe uma feição cultural e lúdica, a festa de Santo Antônio em Barbalha foi fruto, sobretudo, das relações estabelecidas entre os poderes tradicionais ligados à Igreja Católica e as famílias mais influentes daquela localidade. (SILVA, 2021, P. 112).

Para finalizar, a autora expôs outras versões sobre a origem do carregamento do pau da bandeira de Santo Antônio em Barbalha, e a construção da erotização em torno do mesmo, percebendo possíveis matrizes culturais da festa citada como ritos de sacralidade e fertilidade existentes em diversos povos.

A próxima tese a ser analisada é *Encantamento e Civilização: construções discursivas de uma região (O Cariri Cearense)* do ano de 2019, com autoria de Carlos Rafael Dias e orientado por Ismênia de Lima Martins.

A respectiva tese está dividida em cinco capítulos e procura discutir O Cariri, região localizada no extremo sul do estado do Ceará. Inicialmente o autor analisa a região do Cariri Cearense em uma perspectiva de longa duração sob a ótica da história ambiental. Nesse sentido, propõe perceber o Cariri como um construto intelectual que tem na natureza um dos seus primeiros elementos discursivos.

Nessas duas perspectivas, O Cariri, é uma região sertaneja, formada por um conjunto de características e identificada por uma série de representações, quase todas associadas à sua beleza natural e às riquezas e diversidade de sua cultura popular, além de, com requinte de ufanismo, ser considerada um espaço historicamente relevante. Esse último qualitativo está associado a eventos que repercutem na história nacional ou com ela interagem, projetando personagens dignas de comporem o 'panteão' de personalidades históricas da nação. (DIAS, 2019, P. 41).

A seguir oram discutidas narrativas de experiências históricas protagonizadas por povos indígenas, negros, mestiços e segmentos sociais carentes que, de certa maneira, se contrapõe a elite e sua visão a respeito da região do Cariri. Outro ponto abordado diz respeito ao contexto da emergência das romarias em termo do Padre Cícero de Juazeiro, um universo em que se atrelam uma gama de manifestações sagradas e profanas desempenhadas por um conjunto de personagens, dentre populares e intelectuais.

Nas duas décadas seguintes às polemicas ocorrências juazeirenses, operaram-se impressionantes transformações no até então tranquilo povoado de Juazeiro, com repercussão em todo o Cariri e adjacências. O principal fator dessas mudanças foram as continuas e crescentes peregrinações advindas de várias partes dos sertões vizinhos, sendo movidas por uma inovadora religião popular e, ao mesmo tempo, a movimentando. O algo dessa movimentação, na qualificação do decreto romano, eram os 'milagres eucarísticos' e 'quejando coisas sobrenaturais' que oportunizaram, sem embasamento canônico, inicialmente, o inédito culto ao precioso sangue, e na sequência, a beatifica devoção ao padre. Assim, pouco perceptível foi, nesse período, e subsequentemente, a distinção entre o espaço de 'fanatismo' religioso, como o Juazeiro era tachado, com o prospero centro econômico sertanejo que o vale do Cariri se transformou, tendo aquele até então inexpressivo lugarejo como eixo. (DIAS, 2019, P. 375).

Para finalizar, o autor discutiu o processo para fortalecer a região do Cariri Cearense através do Instituto Cultural do Cariri. Os intelectuais fundadores do ICC propuseram uma almejada identidade regional fortalecida e para tanto elegeram com símbolos identitários, o território natural descrito como privilegiado, o legado ancestral e o patrimônio histórico construído numa perspectiva positivista.

A tese *Geossítio Batateira – Memórias em movimento: tramas territoriais e ambientais no Cariri Cearense* da autora Rúbia Micheline Cavalcanti do ano de 2019, com orientação de Juniele Rabêlo de Almeida, tratou sobre o território e as territorialidades no Cariri Cearense, em suas tramas sociais e ambientais por meio das narrativas históricas e memorialistas que entrecruzam homem, natureza e paisagem.

A autora iniciou problematizando as territorialidades que conferem identidade ao povo caririense que têm a sua constituição como atributo impresso por narrativas históricas sejam memorialistas ou historiográficas.

Nesse sentido, é que a partir do engajamento e de novas condutas que os sujeitos históricos passam a manter com a nova configuração espacial, surgem novas experiências, novos olhares em relação ao espaço, resultando, finalmente, numa rede de tramas sociais e ambientais observadas, sobretudo, no sentimento de pertença e no reconhecimento destes, promovendo uma afirmação identitária com esse novo espaço, Geossítio Batateira, determinando assim, o que costa chama de territorialização simbólica. (MOREIRA CAVALCANTI, 2019, P. 47)

A respectiva autora seguiu analisando essa rede de tramas territoriais, sociais e ambientais a partir das práticas sociais e dos usos sociais que são verificados em torno do patrimônio natural e histórico que dispõe o Sítio Fundão. Assim como foi retratado também o processo de tombamento do referido sitio que atualmente possui uma importante relevância histórica, científica e socio ambiental para região do Cariri Cearense. Por fim, a tese apresenta uma discussão acerca do conceito de patrimônio natural como também analisa os usos sociais no Geossítio Batateira.

2.1.3 O Programa do Mestrado Profissional em Ensino de História - ProfHistória

O programa do Mestrado profissional em Ensino de História – ProfHistória começou a se materializar em 2012, a partir do interesse de um grupo de professores do estado do Rio de Janeiro pela proposta de Capes relativa à criação de cursos de mestrado profissional em rede nacional tendo como público-alvo professores da educação básica.

Atualmente o programa conta com três linhas de pesquisa: Saberes Históricos no Espaço Escolar, Linguagens e Narrativas Históricas: Produção e Difusão, Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória. No Cariri, o respectivo programa iniciou suas atividades em 2016 através da Universidade Regional do Cariri que concorreu a fazer parte do programa em 2015 tendo a frente do projeto os seguintes professores: Sônia Maria de Meneses Silva, Paula Cristiane de Lyra Santos, Zuleide Fernandes de Queiroz, Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez Reis, Maria Telvira da Conceição, Francisco Egberto de Melo, Darlan de Oliveira Reis Junior, Fabio José Calvacanti Queiroz e Titus Benedkti Riedl.

É importante destacar como as temáticas pesquisadas no ProfHistória apesar das dissertações observadas tratarem sobre o Cariri cearense, não se diferenciar das demais analisadas até o momento por terem uma especificação do programa que é trabalhar temáticas voltadas para o ensino. Outro ponto observado é o tamanho das dissertações que acabam sendo menores justificado pelo tempo de afastamento para a escrita dos mestrandos que só chega a sessenta dias.

A seguir serão analisadas três dissertações oriundas do ProfHistória-URCA que pesquisam sobre a temática Ensino de História e abordam a região do Cariri Cearense no período anterior à Pandemia de COVID-19.

A dissertação *O caldeirão da Santa Cruz do Deserto: Ensino de História e Educação patrimonial*, da autora Antônia Lucivânia da Silva, do ano de 2018, com orientação de Paula Cristiane de Lyra Santos tem como centro discussão o Caldeirão da Santa Cruz do Deserto localizado na cidade do Crato no ensino de História. Analisou o processo de tombamento e políticas de memória do Caldeirão, além de buscar compreender como o Caldeirão da Santa Cruz do Deserto está inserido no ensino de História em escolas pública da rede municipal do Crato no Cariri Cearense.

A respectiva dissertação está dividida em três capítulos e foi iniciado apresentando uma abordagem conceitual que norteia a pesquisa sobre patrimônio cultural, memória, história local e educação patrimonial.

Recorrendo ao passado podemos perceber a historicidade do próprio conceito de patrimônio cultural seja no Brasil ou nos demais países ocidentais, especialmente a França, que desde a sua criação no século XVIII até o século XXI sofreu várias alterações se tornando cada vez mais amplo e complexo. Inicialmente tinha como centro de suas preocupações, preservar os prédios antigos cujo valor artístico, arquitetônico demonstrasse excepcionalidade e fosse tido como referencias para a história de um povo – neste caso, o povo francês (SILVA, 2018, p. 19).

Posteriormente a autora investigou o processo de tombamento do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto procurando compreender quais sujeitos ou instituições lideraram esse processo, quais dificuldades existiram ou não durante o percurso de solicitação e oficialização do Caldeirão como patrimônio cultural.

Para além do documentário de Rosemberg, no ano de 2009, a TV Assembleia lançou um documentário “Caldeirão do beato Zé Lourenço”, o que favoreceu a ampliação dessa temática, e não podemos deixar de citar tanto a contribuição das pesquisas de Sávio Cordeiro, da Universidade Regional do Cariri e as pesquisas desenvolvidas por Régis Lopes Ramos, professor da Universidade Federal do Ceará, que muito tem se dedicado ao estudo desse

tema e contribuído para tirar o Caldeirão do espaço do silenciamento. Ramos também foi responsável pela organização de uma exposição dos objetos do Caldeirão, no Museu do Ceará no ano de 2006. (SILVA, 2018, p. 75).

Por fim a respectiva dissertação busca identificar a respeito do Caldeirão no ensino de História em escolas públicas da rede municipal do Crato-CE. Procurou compreender se a temática é abordada, se é conhecida pelos estudantes, além de identificar se o tema é lecionado pelos professores de História na rede de ensino público em Crato-CE.

A dissertação *Por identidade e pertença: processos de autorreconhecimento e afirmação da identidade negra entre estudantes da escola José Alves de Figueiredo Crato-CE (2011-2018)*, da autora Maria Dalva da Conceição do ano de 2018 com orientação de Maria Telvira da Conceição analisou processo de reconhecimento e afirmação da identidade negra, entre estudantes da Escola de Ensino Médio José Alves de Figueiredo, no município de Crato-CE, além de discutir a partir de referências bibliográficas, o processo de ressignificação positiva do termo *negro* no Brasil e também as lutas por inserção socioeducacional da população negra brasileira.

A autora apresentou uma revisão bibliográfica de conceitos necessários para pesquisa: raça, etnia, identidade, negro e negritude, além de fazer uma breve revisão bibliográfica sobre as lutas no movimento social negro desde o início do século XX aos dias atuais.

Inicialmente, uma das primeiras estratégias da população negra foi a formação de irmandade, ou associações negras, que visavam a oferecer auxílio a escravizados e libertos, como também eram espaços de estabelecimentos ou fortalecimento de laços culturais, de solidariedade e também de instrução, ao lado das lutas por políticas de Estado mais efetivas para a população negra e sua inserção em todos os níveis educacionais, experiências de educação comunitária em diversos espaços de sociabilidade e cultura, que perpassam a história dos negros, desde pelo menos o século XIX. (CONCEIÇÃO, 2018, p. 51).

É desenvolvido no texto o contexto inicial de apresentação e efetivação da Lei 10.639/03 na escola José Alves de Figueiredo na cidade de Crato-CE, assim como apresenta as primeiras memórias e percepções das estudantes e dos estudantes participantes da pesquisa sobre serem ou se perceberem enquadrados enquanto negros, relacionando isso à persistência histórica das questões de branqueamento e mestiçagem.

Quanto a isto, é pertinente ressaltar o lapso de tempo que se deu entre aprovação da lei 10.639/2003, até sua efetivação na referida escola, o que se deu, ao menos em termos mais formais, apenas em 2011, o que nos remete à proposição de Santos (2005), quando discute que, embora a criação da lei se traduza como uma vitória de uma longa histórica do movimento social negro, sua simples aprovação legal não representou adesão imediata, nem transformações instantâneas na realidade educacional brasileira, no tocante à inserção da história africana e afro-brasileira nos currículos, nem em ações pedagógicas antirracistas, na totalidade das instituições escolares brasileiras. (CONCEIÇÃO, 2018, p. 64).

Para finalizar foi apresentado a importância de outros repertórios e lugares sociais, citados pelos estudantes como afirmadores de identidade e memórias quanto à negritude, assim como analisa reflexos de estratégias desenvolvidas pela escola, no intuito de fortalecer a autoestima e empoderamento de estudantes negros da escola José Alves de Figueiredo na cidade do Crato no Cariri Cearense.

A dissertação *“Hei de te cantar, meu Crato gentil”. Ensino de história local: entre ufanismo, práticas e empecilhos*, do autor Italo Ronney Ferreira Caitano, do ano de 2018, com orientação de Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez Reis apresenta uma pesquisa desenvolvida em torno do Ensino de História Local no município do Crato-CE, assim como busca identificar a partir da criação da disciplina História do Crato na rede municipal de educação, os percursos, possibilidades práticas e dificuldades dos professores da rede básica de educação na atuação com o ensino de História local na cidade do Crato no Cariri Cearense.

O autor analisou a aprovação da Lei aprovada na cidade do Crato, no Ceará em 2011, que garante a obrigatoriedade do ensino da História do Crato nas escolas de nível fundamental, além de apresentar uma análise bibliográfica sobre a produção historiográfica tradicional em torno do Crato, desenvolvida por autores memorialistas.

Então, o ensino nas escolas faz-se necessário para atender a essa demanda. O problema existe quando esse ensino, ou essa história, não é problematizada, não expõe conflitos, não se apresenta como algo construído, mas serve apenas, ou também, ao interesse de mostrar a cidade com algo supervalorizado, sendo esse valor sempre atribuído a obras ou ações de determinados sujeitos, objetivando apenas desenvolver nos seus moradores o sentimento de orgulho por pertencer a essa localidade. (CAITANO, 2018, p. 34).

Posteriormente averiguou-se como se deu a aplicação prática da Lei municipal que aprovava a obrigatoriedade do ensino de História do Crato nas escolas

municipais através de entrevistas com professores que atuam no ensino básico de História na respectiva cidade.

No entanto, a partir das pesquisas feitas com os professores, foi constatado que, em 2015, a prevalência da lei não foi apenas de forma parcial e isolada em escolas, tendo em vista que uma disciplina com carga horária específica e com título de História do Crato foi implantada no sistema educacional do município. É interessante notar aqui que, pelo menos nesse momento, este trabalho não seria feito apenas com a inserção de temas da história local dentro de conteúdos tradicionais de História geral e do Brasil. A criação de uma disciplina específica demonstra um empenho maior para que o aprendizado do processo histórico da localidade seja realmente aprendido de forma mais complexa. (CAITANO, 2018, p. 40).

O terceiro e último capítulo intitulado *Introdução ao produto*, tratou da apresentação de um material didático sobre a História do Crato para ser usado por alunos do Ensino Fundamental II, identificando a falta de apoio de material didático que dificulta o ensino e aprendizado da História local.

Como foi dito anteriormente, não há uma proposta de esgotar todos os textos sobre a região do Cariri Cearense. Há apenas uma seleção de textos de novos historiadores que tratam nas suas pesquisas dos mais variados assuntos sobre a região e tais temáticas podem ser abordadas em sala de aula por professores a fim de facilitar o estudo sobre o Cariri cearense a partir de novas perspectivas, não desmerecendo a escrita de autores memorialistas outrora analisados aqui. Outro ponto observado é o fato da maioria dos autores das teses e dissertações analisadas são ex-alunos ou se tornaram professores da Universidade Regional do Cariri, o que mostra como a respectiva instituição tem impacto na construção da nova historiografia sobre o Cariri cearense.

Capítulo 3: A relação entre a História Local e a Educação Básica Caririense

O processo de construção da História como disciplina escolar iniciou-se no século XIX e foi contemporâneo do movimento de construção e consolidação do Estado Nacional, que teve como marco fundador o Regulamento do Colégio D. Pedro II, em 1838, assim como da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) que se deu no mesmo ano.

Dentro do processo de formação dos estados nacionais, a homogeneização inerente a tal objetivo até permitia as particularidades regionais, desde que não ameaçassem a supremacia nacional. No Brasil, a partir do século XIX, os estudos históricos regionais deveriam levar a compreensão da identidade nacional. De tal forma, Von Martius, criticando a pesquisa historiográfica estritamente provinciana, que muitas vezes elencavam apenas *um grande número de fatos e circunstâncias insignificantes* que em nada ajudavam a compreensão do processo histórico, afirmou que:

O autor, que dirigisse com preferência as suas visitas sobre uma destas circunstâncias, corria perigo de não escrever uma história do Brasil, mas sim uma série de histórias especiais de cada uma das províncias. Um outro, porém, que não desse a necessária atenção a estas particularidades, corria risco de não acertar com este tom local que é indispensável onde se trata de despertar no leitor um vivo interesse, e dar às suas descrições aquela energia plástica, imprimir-lhe aquele fogo, que tanto admiramos nos grandes historiadores. Deviam ser tratadas conjuntamente aquelas porções do país que, por analogia da sua natureza física, pertencem umas às outras. Assim, por exemplo, converge a história das províncias de São Paulo, Minas, Goiás e Mato Grosso; a do Maranhão se liga a do Pará, e a roda dos acontecimentos de Pernambuco foram um grupo natural os de Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Enfim, a história de Sergipe, Alagoas e Porto Seguro, não será senão a da Bahia. (VON MARTIUS, P. 399, 1845)

A pesquisa e produção de história regional tinha como objetivo servir ao entendimento do processo histórico nacional, não buscando um destaque de alguma região específica, mas fazendo com que o conhecimento sobre as várias regiões, localidades enfatizassem a unidade nacional. Atualmente, é preciso pensar esse foco no local principalmente no ensino, como uma forma de se conhecer o mais amplo partindo do mais próximo, mas sem desmerecer ou diminuir as localidades ou regiões. O local serviria não apenas para complementar o nacional ou global na sua homogeneidade, mas para permitir também o entendimento das particularidades.

Essa abordagem permite aos indivíduos uma maior intimidade com o conhecimento do processo histórico como também a percepção do que a feitura e participação nesse processo na prática está ao seu alcance. Nessa linha de raciocínio, buscando justificar o ensino da História Local, Joana Neves preconiza que:

Podem-se considerar como justificativas para o estudo da história local ou das histórias locais: em primeiro lugar, que é preciso fazer corresponder o processo de ensino ao próprio processo de produção de conhecimento; depois, que o ensino da história local permite melhor a adequação ao princípio pedagógico de se partir do já conhecimento para o desconhecido, do particular para o geral, do próximo para o distante, do prático para o teórico, do concreto para o abstrato e por fim, o mais importante, sobretudo em termos educacionais, é que o local é o lugar de atuação, é onde o homem age, onde constrói, onde cria, onde enfim, realiza a história, ou seja: o local é o lugar a partir de onde o homem estabelece ou realiza sua dimensão universal. Assim, o estudo de história local torna-se um imprescindível instrumento de educação, quer dizer, de descoberta pelo educando, do homem – de si próprio – como agente criador da história – da sua própria história. (NEVES, P. 22, 1994)

Uma questão a ser analisada aqui é o que se define como região, local ou lugar para a pesquisa de cunho histórico. Em 2012, quando o poder público municipal do Crato aprovou o ensino da História Local na cidade, definia esse local como apenas o próprio município, possuindo a disciplina escolar criada a época o título de História do Crato. Assim, a História Local aqui não significava a História do Ceará, da macrorregião Cariri ou mesmo das localidades mais próximas.

Quando a história local, há um componente que complica sobremaneira a questão. Trata-se da introdução, no seu conceito, da ideia de região. O corte regional, ou melhor, os cortes que atentam para os aspectos regionais, dão lugar a considerações sobre os elementos naturais na organização ou divisão do espaço territorial. A superposição dos componentes naturais do espaço com os componentes políticos-administrativos, etnológicos e culturais que dividem e/ou organizam esse mesmo espaço, criam dificuldades muito sérias para a montagem de histórias locais: povos diferentes que habitam uma mesma região ou o mesmo povo habitando regiões diferentes, por exemplo (NEVES, P. 21, 1994)

Dentro da Geografia, o conceito de região é escorregadio e possui várias interpretações, podendo abranger localidades, cidades, estados, etc. Milton Santos diz que “Falar sobre espaço é muito pouco, se não buscamos defini-lo à luz da história concreta.” (SANTOS, P. 4, 1988) Para Durval Muniz de Albuquerque Júnior:

Definir a região é pensá-la como um grupo de enunciados e imagens que se repetem, com certa regularidade, em diferentes discursos, em diferentes

épocas, com diferentes estilos e não pensá-la uma homogeneidade, uma identidade presente na natureza (ALBUQUERQUE JÚNIOR, P. 24, 2011).

Desfaz-se aqui da concepção de região como algo natural, concebida como um espaço a priori definido por referências geográficas. O autor enfatiza a construção e reconstrução discursiva que dá visibilidade, a partir de esquemas de estereotipização, a formação de uma região. Na estruturação desse projeto, a região vista “não é uma unidade que contém uma diversidade, mas é produto de uma operação de homogeneização.” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, P. 37, 2011). Analisando o Nordeste deste ponto de vista, o autor apresenta como discursos externos (sulistas, por exemplo) e internos, mediados por relações de poder, contribuíram para a visibilidade sobre uma região e suas especificidades.

É preciso, para isso, rompermos com as transparências dos espaços e das linguagens, pensarmos as espacialidades como o acúmulo de camadas discursivas e de práticas sociais, trabalharmos nessa região em que linguagem (discurso) e espaço (objeto histórico) se encontram, em que a história destrói as determinações naturais, em que o tempo dá ao espaço sua maleabilidade, sua variabilidade, seu valor explicativo e, mais ainda, seu calor e efeito de verdade humanos. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, P. 33, 2011)

A opção, nesta pesquisa, pela noção de História Local como a história do município que se estende a outros espaços mais próximos, cidades que fazem parte de uma macrorregião político-administrativa, está associada a visão de Pierre Golbert quando busca definir esse conceito.

Denominaremos história local aquela que diga respeito a uma ou pouca aldeias, a uma cidade pequena ou média (um grande porto ou uma capital estão além do âmbito local), ou a uma área geográfica que não seja maior do que a unidade provincial comum (como um county inglês, um condado italiano, uma land alemã, uma bailiwick ou pays francês). (GOUBERT, P. 70, 1992)

Assim, a escolha com foco não apenas no município do Crato, mas na macrorregião do Cariri Cearense, se deu nesta pesquisa pelo entendimento que os desdobramentos da história de uma cidade possuem influências mais amplas. Dessa forma optou-se por analisar materiais historiográficos sobre a região do Cariri produzidos a partir da escrita memorialista, ou ótica tradicional, e aqueles produzidos no âmbito de programas de pós-graduação em universidades públicas do Ceará, cujos programas foram analisados anteriormente.

Ao passo da análise dos materiais selecionados, entre eles livros, teses e dissertações, ficou evidente que é possível os professores da rede municipal e estadual da região do Cariri fazerem uso nas suas aulas, de diversas pesquisa sobre o Cariri Cearense e como é possível se fazer associação destes materiais de História Local com conteúdos da história nacional.

Como professora da rede estadual de ensino do estado do Ceará e residindo na cidade do Crato e tendo como experiência o ensino na rede municipal da cidade do Crato, eu posso afirmar a respeito da falta de material sobre a História Local disponibilizados para os docentes nas duas esferas de ensino citados anteriormente. Vendo dessa forma, uma saída, uma ajuda para os professores que precisam trabalhar a História Local em suas aulas, a utilização de pesquisas do âmbito acadêmico na produção dos seus planos de aula.

A História Local na região do Cariri, aparece muitas vezes, sendo apenas uma disciplina sobre a história de uma cidade específica ou vem como disciplina eletiva, onde o aluno da rede estadual do estado do Ceará escolhe se quer estudar ou não os conteúdos sobre História Local. Vale ressaltar também que não é disponibilizado nenhum material didático para professores e alunos nessas disciplinas eletivas, cabendo ao professor pesquisar os materiais para montar sua ementa e planos de aula. É importante ainda frisar que, em onze anos de trabalho na rede estadual do Estado do Ceará, eu não tive conhecimento de nenhuma formação para professores que tratasse especificamente sobre a História Local.

Dito isto, é necessário voltar a afirmar que a análise dos materiais sobre a história do Cariri Cearense produzidos pelas universidades podem ser vistos como um meio para sanar o distanciamento entre a educação básica e o ensino superior, assim como podem ser referências bibliográficas no ensino de História Local, facilitando assim a produção de planos e realização de aulas por parte dos professores, se os mesmos optarem por utilizá-los.

Os mestrados profissionais surgiram no Brasil objetivando, de forma geral, propiciar a capacitação de profissionais de diferentes áreas. Desta forma, o trabalho final do curso deve ser sempre vinculado a problemas reais da área de atuação do profissional – aluno e de acordo com a natureza da área e a finalidade do curso, podendo ser apresentado em diversos formatos. Nesse sentido, a presente pesquisa, mediante o que se é exigido como produto do mestrado profissional, apresenta, como sugestão para professores da educação básica caririense, quatro planos de aula

sobre temáticas que dizem respeito a História Local, mas também a história nacional, fazendo dessa forma um link entre a história do Cariri cearense com a história do Brasil – utilizando como referências principalmente pesquisas oriundas dos programas de pós-graduação analisados anteriormente.

Compreendendo a complexa relação de dependência do professor da educação básica com o livro didático e ancorado nas dificuldades esboçadas por essa pesquisa sobre o acesso a materiais e sobre a prática do ensino da História Local, revelando-se que essa dificuldade se apoia sobretudo na ausência de um material didático, mas também no abismo ainda existente entre a educação básica e as pesquisas acadêmicas, se fez pertinente a produção de planos de aula que possam servir como base para execução de um projeto de ensino centrado na História Local.

Como o Mestrado Profissional visa, sobretudo, auxiliar o trabalho, neste caso específico, do professor que está em sala de aula, e como essa pesquisa detectou um problema no âmbito do ensino de História Local, é salutar que se apresente uma solução, ou pelo menos um norte para essa solução. No caso aqui especificamente apresenta-se quatro exemplos de planos de aula que podem servir como base para aulas de História Local, usando como referências teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação das universidades federais e estaduais do estado do Ceará. A intenção é, acima de tudo, mostrar ao professor que a produção da universidade sobre o Cariri Cearense pode ser utilizada nas suas aulas, facilitando assim o seu trabalho e reduzindo a distância entre a educação básica e a produção acadêmica. Os planos de aula são apenas exemplos de como o professor pode produzir posteriormente as suas aulas introduzindo pesquisas acadêmicas.

PLANO DE AULA
DISCIPLINA: História
TEMA: Escravidão no Cariri Cearense

OBJETIVOS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Refletir sobre o conceito de escravidão; ▪ Compreender a relação entre escravidão e desigualdade socioeconômica no Cariri Cearense; ▪ Analisar a influência dos povos escravizados na cultura e identidade Caririense; ▪ Debater sobre a condição da população negra atual; ▪ Valorizar a diversidade cultural e identidade afrodescendente.

CONTEÚDOS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Escravidão na “Terra da luz”; ▪ A presença de famílias escravas em escravarias pequenas no Cariri Cearense; ▪ Pioneirismo da Abolição no Ceará; ▪ Estratégias de vida e liberdade dos escravos; ▪ Luta e movimento negro no Cariri Cearense.

COMPETÊNCIAS
COMPETÊNCIA 1: Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.

COMPETÊNCIA 5: Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, respeitando os Direitos Humanos.

HABILIDADES

(EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais da emergência de matrizes conceituais hegemônicas (etnocentrismo, evolução, modernidade, etc), comparando-as as narrativas que contemplam outros agentes e discursos.

(EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica, etc), suas causas, significados e usos políticos, sociais e culturais, avaliando e propondo mecanismos para combate-las, com base em argumentos éticos.

METODOLOGIA

A aula será expositiva dialogada. Em um primeiro momento apresenta-se o conceito de escravidão e debate-se sobre a escravidão ainda presente no século XXI. Posteriormente apresenta-se o conteúdo sobre a escravidão do Ceará e Cariri Cearense, debatendo sobre o processo de abolição e sobre a presença da população negra e sua influência atualmente na região.

RECURSOS DIDÁTICOS

Computador e data-show.

AVALIAÇÃO

A avaliação ocorrerá de forma contínua através da participação dos discentes.

REFERÊNCIAS

CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. Cabras, Caboclos, Negros e Mulatos: a família escrava no Cariri Cearense (1850-1884). 2008

FARIAS, Airton de. História do Ceará | Airton de Farias – 7 ed. – Fortaleza: Armazém da Cultura, 2015.

PLANO DE AULA

DISCIPLINA: História

TEMA: O Padre Cícero do Juazeiro

OBJETIVOS

- Compreender a importância da figura do Padre Cícero para criação de Juazeiro;
- Analisar a história do Padre Cícero através da imprensa;
- Refletir sobre a figura política Cícero Romão Batista;
- Compreender a história do “milagre” em torno do Padre Cícero;
- Entender o crescimento econômico do Juazeiro.

CONTEÚDOS

- Padre Cícero: o homem
- A construção da figura do Padre Cícero através da imprensa.
- Questões políticas envolvendo o Padre Cícero
- O crescimento econômico do Juazeiro

COMPETÊNCIAS

COMPETÊNCIA 1: Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.

HABILIDADES

(EM13CHS101) Analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão e a crítica de ideias filosóficas e processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de natureza qualitativa e quantitativa (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos, gráficos, mapas, tabelas, etc).

METODOLOGIA

A aula será expositiva dialogada. No primeiro momento será apresentada a figura do Padre Cícero: o homem, o político e o padre, através da análise de fontes (jornais da época) projetados no data-show. Posteriormente, se discutirá a questão do “milagre” no Juazeiro e o crescimento econômico da cidade, tornando-se atualmente um dos principais polos de turismo religioso do país.

RECURSOS DIDÁTICOS

Computador e data-show.

AVALIAÇÃO

A avaliação ocorrerá de forma contínua através da participação dos discentes.

REFERÊNCIAS

FARIAS, Airton de. História do Ceará | Airton de Farias – 7 ed. – Fortaleza: Armazém da Cultura, 2015.

PINHO, Maria de Fátima Morais. Padre Cícero: anjo ou demônio: teias de notícias e ressignificações do acontecimento padre Cícero (1870-1915), 2019.

PLANO DE AULA

DISCIPLINA: História

TEMA: O Cariri Cearense na Ditadura civil-militar

OBJETIVOS

- Compreender o processo de implantação da ditadura no Brasil, no Ceará e Cariri;
- Refletir sobre as versões conflitantes sobre a ditadura;
- Analisar o cenário econômico, social e político da região do Cariri Cearense durante os 21 anos da ditadura;
- Perceber as consequências da ditadura e como elas permanecem no presente;
- Discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça.

CONTEÚDOS

- O golpe de 1964 no Brasil, no Ceará e Cariri.
- Cariri: Economia e classes sociais na Ditadura Militar.
- A resistência no Cariri Cearense durante a Ditadura civil-militar.

COMPETÊNCIAS

COMPETÊNCIA 1: Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.

COMPETÊNCIA 5: Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, respeitando os Direitos Humanos.

HABILIDADES

(EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais da emergência de matrizes conceituais hegemônicas (etnocentrismo, evolução, modernidade, etc), comparando-as as narrativas que contemplam outros agentes e discursos.

(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de natureza qualitativa e quantitativa (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos, gráficos, mapas, tabelas, etc).

(EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica, etc), suas causas, significados e usos políticos, sociais e culturais, avaliando e propondo mecanismos para combate-las, com base em argumentos éticos.

METODOLOGIA

A aula será expositiva dialogada, onde em um primeiro momento será contextualizada a implantação da Ditadura civil-militar no Brasil, no Ceará e no Cariri. Em relação ao Cariri Cearense, serão analisadas as questões econômicas, políticas e sociais da região durante o período estudado. Posteriormente, uma discussão sobre a resistência presente no Cariri, será

feita, objetivando discutir a emergência de questões relacionadas a memória e à justiça.

RECURSOS DIDÁTICOS

Computador e data-show.

AVALIAÇÃO

A avaliação ocorrerá de forma contínua através da participação dos discentes.

REFERÊNCIAS

COTRIM, Gilberto. História Global 3 / Gilberto Cotrim. 3. Ed – São Paulo: Saraiva, 2016.

FARIAS, Airton de. História do Ceará | Airton de Farias – 7 ed. – Fortaleza: Armazém da Cultura, 2015.

QUEIROZ, Fábio José Cavalcanti de. Padres, Coronéis e ativistas sociais: o Cariri à época da usurpação militarista – 1964-1985. 2010.

PLANO DE AULA
DISCIPLINA: História
TEMA: Movimentos messiânicos no Cariri Cearense; O Caldeirão.

OBJETIVOS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Compreender o que é messianismo; ▪ Identificar os diferentes grupos messiânicos e suas características; ▪ Entender o contexto em que os movimentos messiânicos surgiram no Cariri Cearense, especificamente o Caldeirão; ▪ Possibilitar a discussão sobre patrimônio cultural e políticas de memória na educação básica.

CONTEÚDOS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Movimentos messiânicos no Brasil, Ceará e Cariri Cearense. ▪ O Caldeirão da Santa Cruz do deserto: trajetória. ▪ O Caldeirão da Santa Cruz do deserto: patrimônio cultural. ▪ Uma nova visão sobre o Caldeirão: ensino de história local.

COMPETÊNCIAS
COMPETÊNCIA 1: Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.
COMPETÊNCIA 5: Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, respeitando os Direitos Humanos.

HABILIDADES
(EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais da emergência de matrizes conceituais hegemônicas (etnocentrismo, evolução, modernidade, etc), comparando-as as narrativas que contemplam outros agentes e discursos.
(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de natureza qualitativa e quantitativa (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos, gráficos, mapas, tabelas, etc).
(EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica, etc), suas causas, significados e usos políticos, sociais e culturais, avaliando e propondo mecanismos para combate-las, com base em argumentos éticos.

METODOLOGIA
A aula será expositiva dialogada, onde aos discentes será apresentado o conceito de messianismo e os principais movimentos messiânicos do Brasil, Ceará e Cariri. Posteriormente será feita uma análise sobre o Caldeirão da Santa Cruz do deserto, analisando a sua criação até o seu desfecho. Também ocorrerá uma discussão sobre patrimônio cultural e ensino de História Local, finalizando com uma discussão sobre a nova visão destinada ao caldeirão da Santa Cruz do deserto na atualidade.

RECURSOS DIDÁTICOS
Computador e data-show.

AVALIAÇÃO

A avaliação ocorrerá de forma contínua através da participação dos discentes.

REFERÊNCIAS

COTRIM, Gilberto. História Global 3 / Gilberto Cotrim. 3. Ed – São Paulo: Saraiva, 2016.

FARIAS, Airton de. História do Ceará | Airton de Farias – 7 ed. – Fortaleza: Armazém da Cultura, 2015.

SILVA, Antônia Lucivânia da. O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto: Ensino de História e Educação Patrimonial. Crato-CE. 2019.

Considerações finais

O professor de História deve relacionar acontecimentos do passado com o dia a dia dos alunos para que os mesmos consigam desenvolver um senso crítico. Ao relacionar esses conteúdos à vida dos alunos está possibilitando o desenvolvimento dos mesmos. Estudar questões locais é fundamental para que os discentes compreendam melhor as relações existentes entre sua região e o restante do planeta, pois tal compreensão ajuda-os a refletir e analisar historicamente os acontecimentos, lhes proporciona uma visão crítica sobre os fatos de suas vidas, contribuindo para uma mudança de atitude com relação a própria vida.

No entanto, apesar de toda essa importância do estudo da História Local enfatizada principalmente no Ensino Fundamental, para o estudante do Ensino Médio, o estudo da História Local, perde cada vez mais o sentido. O aluno do Ensino Médio tem na grande maioria dos casos, a sua formação voltada para preparação de vestibulares e exames, como o Exame Nacional do Ensino Médio, o ENEM, que por ter um caráter nacional acaba priorizando assuntos que abrangem uma abordagem mais geral.

É necessário compreender as distâncias entre a academia e a escola básica e perceber as contingências desta que condicionam o trabalho dos professores desenvolvido nela. Ao longo desta pesquisa ficou claro que embora alguns municípios aprovem leis que introduzem o ensino da História Local no ensino básico, a preparação, o material disponibilizado ou não, deixam a desejar. E se tratando do Ensino Médio, também fica claro que não há formações para professores sobre a temática, assim como o espaço destinado ao ensino da História Local fica restrito a disciplinas eletivas, onde não serão todos os alunos que terão acesso e possibilidade de frequentar tais disciplinas, uma vez que os próprios alunos elegem as disciplinas que querem cursar e há um número específico da quantidade de participantes por disciplina eletiva.

Nessa pesquisa, a proposta foi analisar a historiografia sobre o Cariri Cearense, desde a produção de autores tradicionais até a produção mais recente oriunda da universidade, e apresentar como produto final planos de aula que facilitem para o professor da Educação Básica relacionar o processo histórico local com o

nacional, utilizando como referências produções acadêmicas, diminuindo assim um pouco a distância que existe entre a universidade e a Educação Básica.

A opção por utilizar na produção dos planos de aula a historiografia recente produzida pela universidade e não a historiografia tradicional também analisada nessa pesquisa, se deu no intuito de facilitar o acesso a professores e alunos a bibliografia utilizada, pois tal bibliografia foi catalogada através da internet, assim como todas as teses e dissertações analisadas nessa pesquisa. Não se trata de escolher qual é a melhor historiografia do Cariri, a tradicional ou a oriunda da universidade. A opção foi deliberada em razão do acesso ao material dissertativo.

Por fim, conclui-se que ensinar História Local não é substituir o ensino da História geral e do Brasil, mas se trata de um aprimoramento da História, de saber que as localidades possuem sua história e que ela deve ser trabalhada junto aos discentes, tornando-os conscientes que são sujeitos históricos.

Ao se pensar no Ensino de História e História Local, o aluno não pode acreditar que o conhecimento que o professor compartilhou é único e incontestável. O professor em seu papel mediador, deve possibilitar que o aluno construa, através da pesquisa direcionada, novos conhecimentos. O processo de pesquisa, assim é essencial na construção do conhecimento histórico tanto para o professor quanto para os alunos, e uma das razões que justifica o porquê da maioria dos docentes não conseguirem ser professores/pesquisadores e assim incentivar a pesquisa junto aos alunos, seria as propostas curriculares dos cursos universitários de História no país, que preconizam a formação dupla, e, no entanto, a maioria dos profissionais sai com fissuras em ambas as formações. Dito isto, faz-se necessário haver uma mudança a nível nacional na formação do professor de História que necessita ser pesquisador, para que o ensino da disciplina logre êxito junto aos discentes, fazendo assim com que os mesmos também entendam o papel da pesquisa na construção do conhecimento histórico, e uma forma de fazer os discentes enxergarem o valor da pesquisa na construção do conhecimento seria aproximar a Educação Básica da produção acadêmica que foi um dos principais objetivos dessa pesquisa.

Fontes

AGAPTO, Daniela Medina Pereira. Romarias e liberdades – Juazeiro do Norte e pós abolição (1860-1914) / Daniela Marcia Medina Agapto. 2021.

ANDRADE, Iarê Lucas. “Da linha do trem pra lá”. O discurso sobre a prostituição na cidade do Crato (1940-1960). Dissertação (Mestrado em História Social – UFRJ). Rio de Janeiro, 2000.

BEZERRA, Sandra Nancy Ramos Freire. Oralidade, memória e tradição nas narrativas de assombrações na região do Cariri. Fortaleza, 2011.

BRITO, Lúcia Helena de. O espetáculo das tradições: um estudo sobre as práticas de culturas populares no Cariri Cearense. Fortaleza, 2017.

CAITANO, Italo Ronney Ferreira. “Hei de te cantar, meu Crato gentil”. Ensino de História Local: entre ufanismo, práticas e empecilhos. Crato-CE, 2018.

CONCEIÇÃO, Maria Dalva da. Por identidade e pertença: Processos de autorreconhecimento e afirmação da identidade negra entre estudantes da escola José Alves de Figueiredo Crato-CE (2011-2018). Crato, 2018.

CORTEZ, Ana Isabel Ribeiro Parente. Memórias descarrilhadas; o trem na cidade do Crato / Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez; Kênia Sousa Rios (orientadora). 2008.

CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente Cortez. Cabras, caboclos, negros e mulatos: A família escrava no Cariri Cearense. (1850-1884). Fortaleza, 2008.

CORTEZ, Antônia Otonite de Oliveira. A construção da “cidade da cultura”: Crato (1889-1960). Rio de Janeiro – UFRJ, 2000 (Dissertação de Mestrado em História Social).

DIAS, Carlos Rafael. Encantamento e civilização: construções discursivas de uma região (O Cariri Cearense) / Carlos Rafael Dias / Ismênia de Lima Martins, orientador. Niterói, 2019.

DOMINGOS, Reginaldo Ferreira. Religiões tradicionais de base africana no Cariri Cearense: educação, filosofia e movimento social. Fortaleza, 2015.

FILHO FIGUEIREDO, José de. Cidade do Crato. José de Figueiredo Filho e Irineu Pinheiro. Coedição Secult/Edições URCA.- Fortaleza: Edições UFC, 2010.

FILHO FIGUEIREDO, José de. História do Cariri. v.I (capítulos 1-5). José de Figueiredo Filho. Coedição Secult/Edições URCA.- Fortaleza: Edições UFC, 2010.

FILHO FIGUEIREDO, José de. História do Cariri. v.II (capítulos 6-9). José de Figueiredo Filho. Coedição Secult/Edições URCA.- Fortaleza: Edições UFC, 2010.

FILHO FIGUEIREDO, José de. História do Cariri. v.III (capítulos 10-14). José de Figueiredo Filho. Coedição Secult/Edições URCA.- Fortaleza: Edições UFC, 2010.

FILHO FIGUEIREDO, José de. História do Cariri. v.IV (capítulos 15-17). José de Figueiredo Filho. Coedição Secult/Edições URCA.- Fortaleza: Edições UFC, 2010.

GOMES, Assis Daniel. “Faça-se luz”: a eletrificação urbana no Cariri Cearense (1949-1972). Fortaleza, 2016.

IRFFI, Ana Sara Ribeiro Parente Cortez. O Cabra do Cariri Cearense: a invenção de um conceito oitocentista. Fortaleza, 2015.

LOPES, Tania Maria Rodrigues. Uma história de instituições escolares e formação de professoras no Cariri (1923 a 1960): o Colégio Santa Teresa de Jesus e a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte em perspectiva histórico-comparada. Fortaleza, 2015.

MOREIRA CAVALCANTI, Rúbia Micheline Moreira Cavalcanti. GEOSSÍTIO Batateira – Memórias em movimento: tramas territoriais e ambientais no Cariri Cearense / Rúbia Micheline Moreira Cavalcanti / Juniela Rabêlo de Almeida Rabelo. Niterói, 2019.

OLIVEIRA, Antônio José de. Engenhos de rapadura do Cariri: trabalho e Cotidiano (1790-1850). Fortaleza, 2003.

PINHEIRO, Irineu. O cariri./ Irineu Pinheiro. Coedições Secult/ Edições URCA.- Fortaleza; Edições UFC, 2010.

PINHO, Maria de Fátima Morais. Padre Cícero: Anjo ou demônio? Teias de notícias e ressignificações do acontecimento padre Cícero (1870-1915) Niterói, 2019.

QUEIROZ, Fábio José Cavalcanti de. Padres, coronéis e ativistas sociais: O Cariri à época da usurpação militarista – 1964 – 1985 – Fortaleza, 2010.

REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. Senhores e trabalhadores no Cariri Cearense: terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XIX / Darlan de Oliveira Reis Junior. Fortaleza, 2014.

SÁ, Maria Yacê Carleial Feijó de. Os homens que faziam o Tupinambá moer: experiência e trabalho em engenhos de rapadura no Cariri (1945-1980). Fortaleza, 2007.

SANTOS, João Brígido dos, 1829-1921. Apontamentos para a história do Cariri / João Brígido dos Santos; [organização Adriano de Carvalho Duarte]. ---3. Ed. – Jardim, CE: Adriano de Carvalho Duarte, 2023.

SANTOS, Paula Cristiane de Lyra. Católicos no Cariri: embates em torno da formação cristã. (1860-1965). Fortaleza, 2010.

SILVA, Antônia Lucivânia da. O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto: Ensino de História e Educação Patrimonial / Antônia Lucivânia da Silva – Crato-CE, 2019.

SILVA, João Paulo Fernandes da. A experiência organizacional dos trabalhadores rurais no município do Crato-CE (1960-1970). Fortaleza, 2010.

SILVA, Simone Pereira da. Festa de Santo Antônio de Barbalha: usos do passado no século XXI / Simone Pereira da Silva; Rodrigo Nunes Bentes Monteiro, orientador. Niterói, 2021.

SOUZA, Océlio Teixeira de. A festa do pau da bandeira de Santo Antônio de Barbalha (CE): entre o controle e autonomia (1928-1988). Dissertação de Mestrado em História Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

VIANA, As muitas artes do Cariri: relações entre turismo e patrimônio cultura do século XXI. Fortaleza, 2017.

VIANA, José Italo Bezerra. O Instituto Cultural do Cariri e o Centenário do Crato: memória, escrita da história e representações da cidade. Fortaleza, 2011.

Referências bibliográficas

ABREU, Capistrano de. Capítulos de História Colonial, 1907. Disponível em: <http://www.4shared.com/office/NKrq5vvx/capistrano-de-abreu-captulos-.html>. Acesso em: 10 de Set. 2024.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A invenção do Nordeste e outras artes. São Paulo. Cortez, 2011.

AZEVEDO, Patrícia. Bastos de; MONTEIRO, Ana Maria da Costa. Ensino de História, Historiografia e produção de sentido em práticas de letramento. Rio de Janeiro. 2011.

BARROS, C. H. Ensino de História, memória e História local. *Revista de História da UEG*, v. 2, n. 1, p. 301-321, 27 ago. 2013.

BARROS, José D'Assunção. O lugar da História Local. São Paulo: Intervozes, 2013.

BITTENCOURT, Circe Maria F. Ensino de História: Fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2009.

BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: História. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BURKE, Peter. A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia. São Paulo: UNESP, 1997.

CARVALHO, C. H. de. A HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL: DIMENSÕES POSSÍVEIS PARA OS ESTUDOS HISTÓRICOS-EDUCACIONAIS. *Cadernos de História da Educação*, v. 6, 2008.

CAVALCANTI, E. História e história local: desafios, limites e possibilidades. *Revista História Hoje*. V. 7, n. 13, p. 272-292, 2018.

CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Trad. De Maria de Lourdes Menezes, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria e educação, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

COELHO, M.C. “Historiografia e Nação no Brasil” – Um clássico e suas possibilidades, de gênese da historiografia ao lugar da História Ensinada nos dias de hoje. *Revista História Hoje*. V. 1, n. 1, p. 329-333, 2017.

CORTEZ, Antônia Otonite de Oliveira. A construção da “Cidade da Cultura”: Crato (1889-1960). Rio de Janeiro – UFRJ, 2000. (Dissertação de Mestrado em História Social)

COTRIM, Gilberto. História Global / Gilberto Cotrim. 3. Ed – São Paulo: Saraiva, 2016. FAGUNDES, José Evangelista. A história local e seu lugar na História: histórias ensinadas em Ceará-Mirim. Natal – UFRN, 2006. (Tese de Doutorado em Educação)

FARIAS, Airton de. História do Ceará / Airton de Farias. – 7.ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2015.

FONSECA, Selva Guimarães. A História na Educação Básica: Conteúdos, Abordagens e Metodologias. Belo Horizonte, 2010.

FONSECA, Selva Guimarães. Didática e prática de ensino de história: Experiência, reflexões e aprendizados. Campinas, SP. Papirus, 2003.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. História e ensino de História / Thaís Nivia de Lima e Fonseca. -4.ed.; 2. Reimp. Belo Horizonte, 2017.

GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. Trad. Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GOUBERT, Pierre. “História Local” in *História e perspectivas*, Uberlândia, 6-45-47, Jan/Jun 1992, p. 45.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e Nação no Brasil (1838 – 1857) Trad. Paulo Kanauss e Ina de Mendonça. Rio de Janeiro: Ed. Verj, 2011.

HAESBAERT, Rogério. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. Antares, letras e humanidades, Caxias do Sul, nº 3, 2010.

HOBSBAWM, Eric. Sobre história. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

JENKINS, Keith. A História repensada / Keith Jenkins, tradução de Mario Vilela – São Paulo: Contexto, 2011.

KARNAL, Leandro. (Org.) História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003.

NEVES, J. O Ensino de História Local. *Cadernos de História*, Uberlândia, V. 5, n. 5, p. 19-26, 1994.

RAMOS, Francisco Regis Lopes. O fato e a fábula: O Ceará na escrita da História. Fortaleza. Expressão Gráfica e Editora, 2012.

REIS JÚNIOR, Darlan de Oliveira. Senhores e trabalhadores no Cariri cearense: terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XIX/ Darlan de Oliveira Reis Júnior. – 2014.

REIS, José Carlos. As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC / José Carlos Reis – 5 ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

RIBEIRO, Mirian Bianca Amaral Ribeiro. A História local e regional na sala de aula: mudanças e permanências. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo. 2011.

RICCI, Cláudia Sapag. A Formação do Professor e o Ensino de História: Espaços e Dimensões de Práticas Educativas (Belo Horizonte, 1980/2003). USP – São Paulo, 2003. (Tese de Doutorado em História)

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológico da geografia. Hucitec. São Paulo, 1988.

SIQUEIRA, Bárbara Bezerra; SOUZA, Juliana Rodrigues de. As transformações na Historiografia e no Ensino de História a partir do século XX. UEPB. GUARABIRA.

TURSI TOLEDO, M. A. L. História Local, historiografia e ensino: sobre as relações entre teoria e metodologia no ensino de História. *Antíteses.*, V. 3, n. 6, P. 743, 758, 2011.

VIANA, José Italo Bezerra. O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato: Memória, escrita da história e representações da cidade. Fortaleza – UFC, 2011. (Dissertação de Mestrado em História Social).

VON MARTIUS, Karl Friederich. Como se deve escrever a história do Brasil. In: Revista do IHGB. N° 24 janeiro de 1945.